



# Primeiro Semestre 2014

## Relatório e Contas Consolidadas

# Portugal Telecom

01	Análise dos resultados consolidados	4
02	Análise operacional	9
03	Recursos humanos	16
04	Principais eventos	17
05	Principais riscos e incertezas	24
06	Participações qualificadas	26
07	Perspetivas	34
08	Declaração do Conselho de Administração	37
	Demonstrações financeiras consolidadas	39
	Relatório de Auditoria	65
	Informação adicional aos acionistas	66

As designações "PT", "Grupo Portugal Telecom", "Grupo PT", "Grupo" e "Empresa" referem-se ao conjunto das empresas que constituem a Portugal Telecom ou a qualquer uma delas, consoante o contexto.

# 01

## Análise dos resultados consolidados

Em 5 de maio de 2014, Portugal Telecom subscreveu um aumento de capital da Oi através da contribuição em espécie dos Ativos PT, os quais consistem na totalidade dos negócios do Grupo Portugal Telecom aquela data com exceção das subsidiárias Bratel BV, Bratel Brasil, S.A., PTB2, S.A. e Marnaz, S.A. e dos investimentos na Oi, na Contax e nos seus acionistas controladores. Em resultado da contribuição para o aumento de capital da Oi em 5 de maio de 2014:

- A PT aumentou a sua participação efetiva na Oi de 23,2%, anteriormente detida através da Bratel Brasil, para uma participação efetiva de 39,7% detida através de uma participação direta total de 35,8% (32,8% na Portugal Telecom e 3,0% na Bratel Brasil) e uma participação indireta de 3,9% detida através dos acionistas controladores da Oi.
- O investimento na Oi está classificado de acordo com as disposições da IFRS 5 desde 5 de maio de 2014 e consequentemente mensurado a valor justo com base na cotação das ações da Oi na data do balanço.
- Em resultado de todas as transações que foram necessárias implementar no âmbito da contribuição dos ativos no aumento de capital da Oi e do baixo valor contabilístico de alguns dos ativos na demonstração consolidada da posição financeira da PT, a Portugal Telecom reconheceu um ganho de 701 milhões de euros que foi parcialmente compensado pelo desreconhecimento de prejuízos fiscais reportáveis que se encontravam reconhecidos como ativos por impostos diferidos no balanço de 2013 no montante de 208 milhões de euros em 5 de maio de 2014, no seguimento da descontinuação dos negócios em Portugal que suportavam esses prejuízos fiscais.
- Os resultados de todos os negócios que foram contribuídos no aumento de capital da Oi foram apresentados como operações descontinuadas e consequentemente as demonstrações dos resultados para o semestre e trimestre findos em 30 de junho de 2013 foram reexpressas.

# 01 Análise dos resultados consolidados

## Demonstração Consolidada dos Resultados

	Milhões de euros			
	2T14	2T13 Reexpresso	1S14	1S13 Reexpresso
Custos com o pessoal	3,3	2,7	6,5	6,0
Fornecimentos e serviços externos	3,4	0,9	4,4	1,8
Provisões e ajustamentos	0,1	0,0	0,1	(0,8)
Impostos indiretos	1,1	0,5	1,8	0,8
Outras despesas operacionais	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>EBITDA</b>	<b>(8,0)</b>	<b>(4,1)</b>	<b>(12,8)</b>	<b>(7,8)</b>
Depreciações	0,0	0,1	0,1	0,1
<b>EBIT</b>	<b>(8,0)</b>	<b>(4,2)</b>	<b>(12,8)</b>	<b>(8,0)</b>
Outros ganhos, líquidos	(0,0)	(126,0)	(0,9)	(126,0)
<b>Resultado antes de resultados financeiros e impostos</b>	<b>(7,9)</b>	<b>121,9</b>	<b>(11,9)</b>	<b>118,0</b>
Juros obtidos, líquidos	(3,7)	(4,7)	(10,5)	(8,1)
Perdas em empreendimentos conjuntos	19,8	42,5	38,0	59,5
Perdas em ativos financeiros e outros investimentos, líquidas	71,4	0,1	71,4	0,0
Outros custos financeiros, líquidos	13,1	16,9	18,9	11,4
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>(108,6)</b>	<b>67,0</b>	<b>(129,8)</b>	<b>55,2</b>
Imposto sobre o rendimento	(3,2)	(1,9)	(4,5)	4,3
<b>Resultado das operações continuadas</b>	<b>(105,4)</b>	<b>68,9</b>	<b>(125,3)</b>	<b>50,8</b>
Resultado das operações descontinuadas	469,4	201,6	484,1	259,4
<b>Resultado líquido</b>	<b>363,9</b>	<b>270,5</b>	<b>358,8</b>	<b>310,3</b>
Interesses não controladores	4,0	13,3	13,6	26,3
<b>Resultado líquido atribuível a interesses não controladores</b>	<b>360,0</b>	<b>257,3</b>	<b>345,2</b>	<b>284,0</b>

Os custos operacionais consolidados ascenderam a 13 milhões de euros no 1S14 e 8 milhões de euros no 1S13, refletindo custos mais elevados com serviços de terceiros, relacionadas com a combinação de negócios em curso entre a Portugal Telecom e a Oi, e maiores impostos indiretos relacionadas com essas despesas.

Os outros ganhos líquidos de 126 milhões de euros no 1S13 incluem essencialmente um ganho decorrente da liquidação de obrigações contratuais relacionadas com a aquisição do investimento na Oi em 2011, por um montante inferior ao passivo registado.

Os juros obtidos líquidos ascenderam a 10 milhões de euros no 1S14 e 8 milhões de euros no 1S13, os quais estão relacionados essencialmente com depósitos a prazo detidos pela Portugal Telecom e pela Bratel Brasil, uma vez que a dívida da Portugal Telecom antes do aumento de capital da Oi foi transferida para a Oi como parte dos Ativos PT.

As perdas em empreendimentos conjuntos correspondem à participação da Portugal Telecom nos prejuízos dos empreendimentos conjuntos até 5 de maio de 2014, com base no método de equivalência patrimonial, uma vez que a partir desta data o investimento na Oi passou a estar valorizada a valor justo com base na cotação das ações da Oi, sendo as respetivas variações no valor de mercado do investimento incluídas na rubrica "Perdas em ativos financeiros e outros investimentos, líquidas". A participação da PT nos prejuízos dos empreendimentos conjuntos reduziu para 38 milhões de euros no 1S14 em comparação com Euro 60 milhões de euros no 1S13, refletindo a mais-valia registada pela Oi no 1T14 relativa à alienação de torres de telecomunicações móveis, no montante de 1.247 milhões de reais brasileiros (equivalente a aproximadamente 60 milhões de euros referentes à participação

# 01 Análise dos resultados consolidados

da PT, líquida de efeito fiscal), e menores juros suportados nos acionistas controladores da Oi, os quais em 2014 respeitam apenas a um período de quatro meses em comparação com seis meses em 2013. Estes efeitos foram parcialmente compensados por um aumento nos juros suportados, maiores despesas financeiras e menores receitas operacionais na Oi.

As perdas em ativos financeiros e outros investimentos líquidas no 1S14 correspondem à perda decorrente da redução no valor de mercado do investimento na Oi entre 5 de maio e 30 de junho de 2014, uma vez que desde 5 de maio de 2014 que o investimento na Oi se encontra classificado como detido para distribuição aos acionistas e consequentemente mensurado a valor justo com base na cotação das ações da Oi.

Os outros custos financeiros líquidos refletem essencialmente determinadas comissões bancárias e outros serviços financeiros, incluindo no 2T14 determinados custos financeiros incorridos no âmbito da combinação de negócios entre a Portugal Telecom e a Oi, nomeadamente impostos financeiros pagos para a transferência de fundos para o Brasil.

O imposto sobre o rendimento ascendeu a um ganho de 4 milhões de euros no 1S14, correspondente essencialmente ao efeito fiscal sobre os custos operacionais e outras despesas financeiras líquidos dos juros obtidos líquidos no período. A variação face ao mesmo período do ano anterior reflete essencialmente maiores custos operacionais e um aumento nos outros custos financeiros.

O resultado líquido das operações descontinuadas no 1S14 incluem essencialmente um ganho registado no âmbito do aumento de capital da Oi, no montante total de 701 milhões de euros, parcialmente compensado pelo desreconhecimento de prejuízos fiscais reportáveis, no montante de 208 milhões de euros, registado na mesma data devido à descontinuação dos negócios em Portugal que suportavam o reconhecimento desses ativos por impostos diferidos. Excluindo estes efeitos, as operações descontinuadas apuraram um prejuízo de 9 milhões de euros no 1S14, em comparação com um lucro de 259 milhões de euros no 1S13 que reflete essencialmente o ganho registado no âmbito da alienação do investimento na CTM no 2T13 (310 milhões de euros), parcialmente compensado por determinadas provisões e ajustamentos registados no mesmo período de forma a ajustar o valor contabilístico de determinados ativos para os correspondentes valores recuperáveis.

O resultado atribuível a interesses não controladores ascendeu a 14 milhões de euros no 1S14 e 26 milhões de euros no 1S13, refletindo essencialmente menores lucros dos negócios em África em 2014 até 5 de maio, data em que os mesmos foram contribuídos no aumento de capital da Oi.

O resultado líquido aumentou para 345 milhões de euros no 1S14 em comparação com 284 milhões de euros no 1S13, refletindo essencialmente (1) o ganho registado no âmbito do aumento de capital da Oi, conforme explicado acima, e (2) menores perdas em empreendimentos conjuntos registadas pelo método de equivalência patrimonial. Estes efeitos foram parcialmente compensados por (1) o resultado das operações descontinuadas no 1S13, no montante de 259 milhões de euros, o qual reflete essencialmente o ganho registado no âmbito da alienação do investimento na CTM (310 milhões de euros), (2) outros ganhos líquidos registados no 2T13 (126 milhões de euros), relacionados essencialmente com a liquidação de obrigações contratuais resultantes da aquisição da Oi, e (3) uma perda registada no 2T14 explicada pela redução no valor de mercado do investimento na Oi desde 5 de maio (71 milhões de euros).

# 01 Análise dos resultados consolidados

## Demonstração Consolidada da Posição Financeira

	Milhões de euros	
	30 jun 2014	31 dez 2013
<b>ATIVOS</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	109,7	1.659,0
Investimentos de curto prazo	-	914,1
Contas a receber	0,0	1.170,7
Ativos não correntes detidos para distribuição aos acionistas	2.231,5	-
Investimentos em empreendimentos conjuntos	-	2.408,2
Investimentos em empresas associadas	-	511,3
Goodwill	-	380,6
Ativos intangíveis	-	717,7
Ativos tangíveis	0,2	3.438,5
Ativos por impostos diferidos	1,4	564,9
Outros ativos	6,6	255,4
<b>Total do ativo</b>	<b>2.349,4</b>	<b>12.020,4</b>
<b>PASSIVOS</b>		
Dívida bruta	0,1	7.371,1
Contas a pagar	2,1	587,7
Acréscimos de custos	19,8	534,7
Benefícios de reforma	-	960,9
Passivos por impostos diferidos	1,7	243,8
Provisões	26,9	91,1
Outros passivos	7,5	364,3
<b>Total do passivo</b>	<b>58,2</b>	<b>10.153,6</b>
<b>Capital próprio excluindo interesses não controladores</b>	<b>2.291,2</b>	<b>1.641,3</b>
Interesses não controladores	-	225,5
<b>Total do capital próprio</b>	<b>2.291,2</b>	<b>1.866,8</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>2.349,4</b>	<b>12.020,4</b>

A redução no **total do ativo** e no **total do passivo** reflete os ativos e passivos dos negócios que foram contribuídos no aumento de capital da Oi em 5 de maio de 2014, explicando a diminuição na maioria das rubricas da Demonstração Consolidada da Posição Financeira.

Os **ativos não correntes** detidos para distribuição aos acionistas em 30 de junho de 2014 correspondem ao justo valor do investimento na Oi determinado com base na cotação das ações da Oi naquela data. O investimento na Oi foi classificado de acordo com as disposições da IFRS 5 e consequentemente mensura a valor justo com base na cotação das ações da Oi, uma vez que este justo valor é inferior ao anterior valor contabilístico.

O **capital próprio excluindo interesses não controladores** ascendeu a 2.291 milhões de euros em 30 de junho de 2014, em comparação com 1.641 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, um aumento de 650 milhões de euros refletindo (1) o resultado líquido gerado no período (345 milhões de euros), (2) ajustamentos de conversão cambial positivos de 213 milhões de euros, relacionados essencialmente com o impacto da valorização do Real Brasileiro face ao Euro, e (3) a reversão das ações próprias referentes à participação de 10% detida pela Oi na Portugal Telecom (159 milhões de euros), no seguimento da remensuração deste investimento do método de equivalência patrimonial para o valor de mercado. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelos

## 01 Análise dos resultados consolidados

dividendos atribuídos pela PT aos seus acionistas em 30 de abril de 2014 (86 milhões de euros) e pagos em 30 de maio.

# 02

## Análise operacional

### Combinação dos negócios

Na sequência do memorando de entendimentos oportunamente divulgado ao mercado no dia 2 de outubro de 2013 (“Memorando de Entendimentos”), a Portugal Telecom, a Oi e os principais acionistas de ambas as sociedades anunciaram a intenção de proceder à combinação dos negócios da Portugal Telecom e da Oi (a “Combinação de Negócios”), concentrando-os numa única entidade cotada de direito brasileiro, tendo entretanto sido definido que essa sociedade seria a CorpCo.

A operação de Combinação de Negócios tal como inicialmente equacionada envolvia três fases principais:

- Uma primeira fase, envolvendo um aumento do capital da Oi (o “Aumento de Capital da Oi”), liquidado em 5 de maio de 2014, com a emissão de ações ordinárias e ações preferenciais numa oferta de subscrição por um total de R\$8.250 milhões em dinheiro, incluindo o exercício do greenshoe, e ações ordinárias e ações preferenciais a favor da Portugal Telecom, em troca da transferência pela Portugal Telecom para a Oi da totalidade (i) dos ativos operacionais da Portugal Telecom, exceto as participações detidas direta ou indiretamente – através da Bratel Brasil SA (“Bratel Brasil”) e da PTB2 SA (“PTB2”) – na Oi, na Contax Participações, SA e na Bratel BV, e (ii) substancialmente todo o passivo da Portugal Telecom no momento da entrega, valorizados em termos líquidos (ativos menos passivos), nos termos do laudo de avaliação, em R\$5.709,9 milhões. Simultaneamente com o Aumento de Capital da Oi, a Portugal Telecom, através das suas subsidiárias no Brasil, subscreveu debêntures convertíveis em ações representativas do capital de sociedades pertencentes à cadeia de controlo da AG Telecom Participações SA (“AG Telecom”) e da LF Tel SA (“LF Tel”), e estas subscreveram debêntures convertíveis em ações representativas do capital da TmarPart, as quais já foram integralmente convertidas. Em resultado de tal conversão, a PT passou a deter uma participação acionista adicional nas sociedades pertencentes à cadeia de controlo da AG Telecom e da LF Tel e, indiretamente, na TmarPart e na Oi;
- Uma segunda fase, envolvendo a incorporação de ações, ao abrigo da legislação brasileira (a “Incorporação da Oi”), nos termos da qual, sujeito à aprovação dos titulares das ações ordinárias da Oi e da CorpCo, a totalidade das ações da Oi não pertencentes à CorpCo seria trocada por ações ordinárias da CorpCo, tornando-se a Oi numa subsidiária integral da CorpCo e, no mesmo momento, esta última passaria a estar cotada no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, SA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”). Simultaneamente com a Incorporação da Oi, estava prevista a simplificação da estrutura de controlo da CorpCo, por meio da reorganização societária das diversas sociedades *holdings* acionistas diretas e indiretas da CorpCo, pela qual, entre outros efeitos, a PT passaria a deter diretamente as ações da Oi correspondentes à sua participação indireta na CorpCo (“Reorganização Societária”); e



## 02 Análise operacional

- Uma terceira fase, envolvendo a posterior fusão por incorporação, nos termos das leis portuguesa e brasileira, da Portugal Telecom pela CorpCo, sendo esta a sociedade incorporante (a "Fusão da PT"), e nos termos da qual os Acionistas da Portugal Telecom receberiam uma quantidade total de ações da CorpCo igual à quantidade de ações desta sociedade detidas pela Portugal Telecom imediatamente antes da Fusão da PT. As ações da CorpCo, entidade resultante das referidas operações, seriam cotadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, no mercado regulamentado NYSE Euronext Lisbon ("Euronext Lisbon") e na New York Stock Exchange ("NYSE").

A operação foi assim caracterizada como uma fusão amigável, cabendo às administrações de ambas as sociedades (que integravam entre os seus membros inclusivamente elementos comuns a ambas as sociedades, designadamente em virtude das participações recíprocas de cada uma delas no capital social da outra) a respetiva execução, sempre sujeita ao deliberado pelos acionistas em sede de assembleia geral. No caso concreto da PT, a primeira e terceira etapas encontravam-se sujeitas a deliberação pela Assembleia Geral de acionistas.

### Aumento de capital da Oi

No âmbito do processo conducente à referida Combinação de Negócios, foi já realizado o Aumento de Capital da Oi, tendo, como previsto, uma parte das novas ações emitidas pela Oi sido subscrita pela Portugal Telecom mediante uma contribuição em espécie correspondente à totalidade da participação acionista da Portugal Telecom na PT Portugal, SGPS, SA ("PT Portugal"), empresa que então detinha a totalidade dos ativos operacionais correspondentes ao negócio das empresas do grupo Portugal Telecom ("Grupo Portugal Telecom") (com exceção das ações, direta ou indiretamente detidas na própria Oi, na Contax Participações, SA e na Bratel BV) e dos respetivos passivos na data da sua contribuição ("Ativos PT"). Os Ativos PT foram contribuídos por um valor resultante de uma proposta do conselho de administração da Oi à assembleia geral da Oi, suportada por um laudo de avaliação realizado por uma empresa especializada independente – o Banco Santander (Brasil) SA, contratado para o efeito pela Oi – nos termos da legislação brasileira aplicável, tendo o referido laudo sido aprovado na assembleia geral da Oi realizada no dia 27 de março de 2014. Para mais informação sobre os métodos e critérios de avaliação utilizados pelo Banco Santander (Brasil) SA para efeitos da realização do laudo de avaliação, ver a respetiva cópia, junta como Anexo 1 à proposta do Conselho de Administração da PT à Assembleia Geral realizada em 27 de março último, e disponível em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt).

Conforme acima referido, a participação da PT no Aumento de Capital da Oi, atenta a respetiva magnitude, foi sujeita a aprovação pela Assembleia Geral de acionistas da PT.

Após o Aumento de Capital, a Oi tornou-se numa empresa com presença relevante nos principais segmentos do mercado de telecomunicações em Portugal e no Brasil, concentrando igualmente as participações anteriormente detidas pela PT em África.

Dada a forte complementaridade e convergência das infraestruturas próprias da PT e da Oi, existe um potencial significativo na exploração conjunta dos negócios, com o conseqüente desenvolvimento de produtos e serviços inovadores e mais abrangentes e captura de sinergias operacionais e financeiras.

A assembleia geral da Oi aprovou, em 27 de março de 2014, o laudo de avaliação acima referido e a contribuição dos Ativos PT para a Oi, valorados em R\$5.709,9 milhões – correspondentes ao contravalor de 1.750 milhões de euros, por aplicação da taxa de conversão de Reais para Euros do dia 20 de fevereiro de 2014 (ou seja, de 3,2628 Reais por Euro), tal como previsto nos acordos anteriores – montante pelo qual a assembleia geral da Portugal

## 02 Análise operacional

Telecom, reunida igualmente em 27 de março último, aprovou a contribuição de tais Ativos PT no âmbito do Aumento de Capital da Oi.

Em 5 de maio de 2014, ocorreu a liquidação do referido aumento de capital, tendo a Portugal Telecom subscrito 1.045.803.934 ações ordinárias e 1.720.252.731 ações preferenciais representativas do capital social da Oi como contrapartida da contribuição da totalidade da participação acionista detida na PT Portugal, titular dos Ativos PT. Deste modo, a Portugal Telecom atualmente detém, como único ativo relevante no seu património, uma participação, direta e indireta, de 39,7% no capital social da Oi, incluindo uma participação de 39,0% do respetivo capital social com direito de voto (excluindo a participação indireta detida através da TmarPart, da AG Telecom e da LF Tel na Oi).

Entre os Ativos PT, contribuídos no âmbito do Aumento de Capital da Oi, encontrava-se uma posição creditícia sobre a sociedade Rioforte Investments, SA ("Rioforte") – empresa compreendida no GES – correspondente a aplicações de curto prazo subscritas ou adquiridas por duas das, ao tempo, subsidiárias integrais da Portugal Telecom – a saber, a PT Portugal e a Portugal Telecom International Finance, BV ("PTIF") – com o valor nominal de 897 milhões de euros, abaixo melhor identificada ("Instrumentos Rioforte").

Em 15 de julho de 2014, ocorreu o vencimento de Instrumentos Rioforte detidos pelas referidas subsidiárias no montante de 847 milhões de euros. Em 17 de julho, ocorreu o vencimento da parcela adicional de 50 milhões de euros dos Instrumentos Rioforte.

A Rioforte não liquidou as suas obrigações dentro do respetivo prazo de vencimento e, nos dias 22 e 24 de julho de 2014, terminaram os períodos adicionais durante os quais poderia ainda ter sido efetuado o pagamento dos Instrumentos Rioforte com vencimento em 15 e 17 de julho, respetivamente, sem que tivessem sido pagos os valores devidos.

### Acordos parassociais

Conforme os documentos da operação de Combinação de Negócios em vigor, caso a segunda fase da Combinação de Negócios, envolvendo a Incorporação da Oi e a Reorganização Societária, não seja concluída até 31 de dezembro de 2014, as partes deixarão de estar vinculadas a exercer os respetivos direitos de voto nas sociedades envolvidas no sentido de aprovar todas as etapas da Reorganização Societária e a Incorporação da Oi, previstas na segunda fase, assim como a Fusão da PT, prevista na terceira fase da operação de Combinação de Negócios.

Nesta hipótese, permanecerão em vigor os acordos de acionistas da TmarPart ("Acordos de Acionistas da TmarPart") celebrados ou aditados em 25 de janeiro de 2011 e em 19 de fevereiro de 2014, sendo os quóruns estabelecidos nos acordos ajustados tendo em consideração a percentagem dos interesses detidos pela BNDES Participações SA – BNDESPAR ("BNDESPAR"), pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil ("PREVI"), pela Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS ("PETROS") e pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF ("FUNCEF") a 31 de dezembro de 2014, por forma a assegurar que os direitos de voto destes acionistas serão idênticos àqueles detidos em 19 de fevereiro de 2014, e desde que tais acionistas não tenham reduzido as respetivas participações sociais antes de 31 de dezembro de 2014 através da venda de ações a terceiros que não sejam signatários originais do Acordo de Acionistas Global (conforme definido abaixo) ou respetivas partes relacionadas.

## 02 Análise operacional

Os Acordos de Acionistas da TmarPart compreendem (a) um acordo de acionistas geral, celebrado por todos os acionistas da TmarPart – AG Telecom, LF Tel, Fundação Atlântico de Seguridade Social (“FATL”), Bratel Brasil, BNDESPAR, PREVI, PETROS e FUNCEF – como partes, e pela TmarPart e Portugal Telecom, como partes intervenientes (“Acordo de Acionistas Global”) e (b) um acordo de acionistas celebrado apenas entre a AG Telecom, a LF Tel e a FATL como partes e pela TmarPart como interveniente (“Acordo de Acionistas do Grupo de Controlo”).

Os Acordos de Acionistas da TmarPart preveem os seguintes direitos e obrigações relevantes:

### (1) Acordo de Acionistas Global

- (i) O período de duração inicial do Acordo de Acionistas Global termina em 25 de abril de 2048, ou na data em que a última concessão ou autorização a caducar, detida pela TmarPart ou por qualquer das suas subsidiárias, caduque, conforme o que ocorrer mais tarde, sem prejuízo do acordo das partes do Acordo de Acionistas Global. A duração do Acordo de Acionistas Global poderá ser prorrogada por períodos sucessivos de dez anos com o consentimento de todas as respetivas partes.
- (ii) Aplicam-se as seguintes regras relativamente à eleição de membros do conselho de administração e de diretores, e ao voto das respetivas ações, da TmarPart e de cada uma das subsidiárias da TmarPart que tenham uma receita operacional líquida igual ou superior a R\$100 milhões, as quais serão referidas como “subsidiárias controladas”:
  - a. O conselho de administração da TmarPart será composto por onze membros efetivos e igual número de suplentes;
  - b. A AG Telecom, a LF Tel e a FATL terão, em conjunto, o direito de designar a maioria dos membros do conselho de administração da TmarPart e de cada uma das subsidiárias controladas;
  - c. Cada incremento de 7% do capital social com direito de voto da TmarPart detido por uma parte do Acordo de Acionistas Global atribuirá a tal parte o direito de designar um membro do conselho de administração da TmarPart e de cada uma das subsidiárias controladas e o respetivo suplente;
  - d. Enquanto detiver pelo menos 7% do capital social com direito de voto da TmarPart, a Portugal Telecom terá o direito de designar dois membros do conselho de administração da Oi e os respetivos suplentes, de entre os administradores executivos e diretores executivos da Portugal Telecom;
  - e. Cada incremento de 7% do capital social com direito de voto da TmarPart detido em conjunto pela BNDESPAR, pela PREVI, pela PETROS e pela FUNCEF atribuirá a estas entidades o direito de designar coletivamente (a) um membro do conselho de administração da TmarPart e de cada uma das subsidiárias controladas e o respetivo suplente; e (b) um membro efetivo e respetivo suplente do conselho de administração da Oi;
  - f. A diretoria da TmarPart será composta por quatro diretores;
  - g. A AG Telecom, a LF Tel e a FATL terão, em conjunto, o direito de nomear o CEO da TmarPart e um outro membro da diretoria da TmarPart;
  - h. Enquanto detiverem, em conjunto, pelo menos 12% do capital social com direito de voto da TmarPart, a PREVI, a PETROS e a FUNCEF terão, em conjunto, o direito de nomear um membro da diretoria da TmarPart;

## 02 Análise operacional

- i. Enquanto detiver pelo menos 12% do capital social com direito de voto da TmarPart, a Portugal Telecom terá o direito de eleger um membro da diretoria da TmarPart;
  - j. A AG Telecom, a LF Tel, a BNDESPAR, a Bratel Brasil, a FATL, a PREVI, a PETROS e a FUNCEF elegerão, em conjunto, através das regras estabelecidas no Acordo de Acionistas Global, o CEO de cada uma das subsidiárias controladas;
  - k. A BNDESPAR, a PREVI, a PETROS e a FUNCEF têm o direito de designar, em conjunto, um membro do conselho fiscal da TmarPart e de cada uma das subsidiárias controladas; e
  - l. A AG Telecom, a LF Tel, a BNDESPAR, a Bratel Brasil, a FATL, a PREVI, a FUNCEF e a PETROS terão reuniões prévias antes das reuniões de acionistas e do conselho de administração da TmarPart e das subsidiárias controladas, e exercerão os seus direitos de voto na TmarPart e nas subsidiárias controladas e instruirão os seus representantes nestes conselhos de administração a votar de acordo com as decisões tomadas nas reuniões prévias. Tais partes não poderão exercer os seus votos, incluindo das ações diretamente detidas na Oi e demais controladas relevantes, para obstar à aprovação de matérias já previamente aprovadas em reunião prévia realizada nos termos deste Acordo de Acionistas.
- (iii) Ao abrigo do Acordo de Acionistas Global, cada uma das partes acordou:
- a. Não celebrar outros acordos de acionistas relativos às ações da TmarPart, além (i) do Acordo de Acionistas Global, (ii) do Acordo de Acionistas do Grupo de Controlo, (iii) dos acordos de acionistas celebrados entre a Bratel Brasil, a Andrade Gutierrez SA ("AGSA") e a Jereissati Telecom SA ("Jereissati Telecom"), e (iv) do acordo de acionistas celebrado entre a BNDESPAR, a PREVI, a FUNCEF e a PETROS;
  - b. Não alterar o Acordo de Acionistas Global, o Acordo de Acionistas do Grupo de Controlo, os acordos de acionistas celebrados entre a Bratel Brasil, a AGSA e a Jereissati Telecom, nem o acordo de acionistas celebrado entre a BNDESPAR, a PREVI, a FUNCEF e a PETROS, sem o consentimento de todas as partes do Acordo de Acionistas Global;
  - c. Não constituir quaisquer ónus sobre as ações que detêm na TmarPart;
  - d. Atribuir determinados direitos de preferência e de acompanhamento em caso de venda (*tag along*) às demais partes do Acordo de Acionistas Global relativamente a qualquer transmissão das ações que detêm na TmarPart;
  - e. Que as demais partes do Acordo de Acionistas Global têm o direito de vender, e a Portugal Telecom (por meio da Bratel Brasil) tem o dever de comprar, até todas as ações detidas na TmarPart pelas outras partes, caso a Bratel Brasil adquira o controlo da TmarPart;
  - f. A oferecer as ações que detenham às demais partes do Acordo de Acionistas Global caso o acionista sofra uma alteração do respetivo controlo; e
  - g. Que os demais acionistas tenham o direito de adquirir todas as ações da TmarPart detidas pela Bratel Brasil no caso de uma alteração do controlo da PT.

## 02 Análise operacional

### (2) Acordo de Acionistas do Grupo de Controlo

- (i) O período de duração inicial do Acordo de Acionistas do Grupo de Controlo termina em 25 de abril de 2048, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos de dez anos com o consentimento de todas as respetivas partes.
- (ii) Ao abrigo do Acordo de Acionistas do Grupo de Controlo, cada uma das partes acordou:
  - a. Ter reuniões prévias antes das reuniões prévias a ter lugar nos termos do Acordo de Acionistas Global, e exercer os direitos de voto correspondentes às suas ações ordinárias na TmarPart de acordo com as decisões tomadas em tais reuniões prévias;
  - b. Que quaisquer ações ordinárias da TmarPart vendidas por uma das partes do Acordo de Acionistas do Grupo de Controlo a qualquer outra parte do mesmo acordo manter-se-ão sujeitas a este acordo; e
  - c. Se uma das partes do Acordo de Acionistas do Grupo de Controlo vender a totalidade ou parte das suas ações ordinárias na TmarPart a qualquer outra das partes ou a terceiro, o(s) comprador(es) e o vendedor, consoante o caso, serão considerados um bloco para efeitos do exercício do direito de voto ao abrigo do Acordo de Acionistas do Grupo de Controlo (mesmo se o(s) comprador(es) já for(em) parte(s) deste acordo) e tal bloco terá reuniões prévias antes das reuniões prévias das partes do Acordo de Acionistas do Grupo de Controlo.

Além dos Acordos de Acionistas da TmarPart, caso a segunda fase da operação de Combinação de Negócios entre a Portugal Telecom e a Oi, envolvendo a Incorporação da Oi e a Reorganização Societária, não seja concluída até 31 de dezembro de 2014, também permanecerão em vigor os acordos de acionistas celebrados entre a Bratel Brasil, a AGSA e a Jereissati Telecom, os quais compreendem os seguintes acordos de acionistas celebrados por tais partes em 25 de janeiro de 2011: (i) acordo de acionistas celebrado pela Jereissati Telecom e pela Bratel Brasil em relação à EDSP75 Participações SA ("EDSP"), tendo a EDSP, a LF Tel, a Pasa Participações SA ("PASA"), a Andrade Gutierrez Telecomunicações Ltda. (que posteriormente se fundiu na AGSA), a AG Telecom e a Portugal Telecom como partes intervenientes (o "Acordo de Acionistas da EDSP"), e (ii) acordo de acionistas celebrado pela AGSA e pela Bratel Brasil em relação à PASA, tendo a PASA, a AG Telecom e a Portugal Telecom como partes intervenientes (o "Acordo de Acionistas da PASA"). Os períodos de duração inicial destes acordos de acionistas também terminam em 25 de abril de 2048 mas poderão ser prorrogados por períodos sucessivos de dez anos com o consentimento de todas as partes.

Estes acordos de acionistas da EDSP e da PASA destinam-se a coordenar o governo societário da PASA e da EDSP e a simplificar o processo de tomada de decisões entre a Jereissati Telecom, a AGSA e a Portugal Telecom no âmbito dos acionistas da TmarPart. Estes acordos de acionistas dispõem, entre outros aspetos:

- Que os acionistas terão reuniões prévias para decidir com antecedência as matérias a analisar nas reuniões prévias a ter lugar nos termos do Acordo de Acionistas Global e do Acordo de Acionistas do Grupo de Controlo; e
- Que a aprovação de certas matérias está sujeita a maioria qualificada, incluindo:
  - > A aprovação e alteração do orçamento anual da PASA, EDSP, AG Telecom e LF Tel, as quais estão sujeitas a uma maioria qualificada de 83% dos votos;

## 02 Análise operacional

- > A celebração, pela PASA, EDSP, AG Telecom ou LF Tel, de contratos de financiamento de montante superior a R\$50 milhões, ou a celebração de qualquer contrato que envolva, para a PASA, EDSP, AG Telecom ou LF Tel, uma obrigação pecuniária de valor superior a R\$50 milhões, ou a prestação de quaisquer garantias pela PASA, EDSP, AG Telecom ou LF Tel de valor superior a R\$50 milhões, as quais estão sujeitas a uma maioria qualificada de 90% dos votos; e
- > Qualquer alteração ao Acordo de Acionistas Global ou a emissão de ações preferenciais pela PASA, EDSP, AG Telecom ou LF Tel, a aprovação de qualquer decisão sujeita a uma maioria qualificada ao abrigo do Acordo de Acionistas Global (definido como uma “decisão material” no Acordo de Acionistas da PASA e do Acordo de Acionistas da EDSP), entre outras matérias, as quais estão sujeitas à votação unânime dos acionistas.
  - Sobre direitos de preferência a favor dos acionistas relativamente à transmissão das ações emitidas pela PASA e EDSP;
  - Sobre direitos de acompanhamento (*tag along*), a favor da Portugal Telecom, no caso de venda das ações da PASA e da EDSP por parte da AGSA ou da Jereissati Telecom, conforme o caso; e
  - Sobre uma restrição geral à venda das ações emitidas pela PASA e EDSP por parte da AGSA ou da Jereissati Telecom, conforme o caso, a concorrentes da Portugal Telecom.

Caso a Combinação de Negócios não seja concluída até 31 de dezembro de 2014, qualquer dos acionistas parte do Acordo de Acionistas da PASA ou do Acordo de Acionistas da EDSP poderá enviar uma notificação de não ocorrência da reorganização e requerer a adoção das medidas necessárias por forma a que a Bratel Brasil, a PTB2, a AGSA e a Jereissati Telecom recebam ações representativas do capital da Oi detidas pela AG Telecom e a LF Tel, proporcionalmente às respetivas participações sociais detidas direta e indiretamente naquelas entidades.

A efetiva implementação da segunda fase da operação de Combinação de Negócios, envolvendo a Reorganização Societária e a Incorporação da Oi, ainda depende de nova reunião prévia da CorpCo para aprovar os laudos de avaliação contabilísticos necessários para a realização daquelas operações, entre outras matérias.

# 03

## Recursos humanos

Em 30 de junho de 2014, a PT tinha 27 colaboradores, dos quais 7 são administradores executivos, 16 são administradores não executivos e 4 são membros da comissão de vencimentos.

# 04

## Principais eventos

### Eventos do 1º semestre de 2014

#### Remuneração acionista

**30. abril. 14** | Na Assembleia Geral Anual ocorrida em 30 de abril de 2014, os acionistas da PT aprovaram a aplicação do resultado líquido do exercício de 2013, no montante de 341.808.031 Euros, nos seguintes termos:

- > Pagamento aos Acionistas de um montante global de 89.651.250 Euros, correspondendo a 0,10 euros por ação relativamente ao número total de ações emitidas. O montante de 0,10 euros por ação acima referido foi pago aos Acionistas no dia 30 de maio de 2014.

#### Dívida

**7. fevereiro. 14** | A PT informou que disponibilizou, o memorando de consent solicitation relativo à solicitação de consentimentos a conferir pelos titulares das suas Obrigações PT Taxa Fixa 2012/2016 (emitidas no montante de €400 milhões a 6,25% ao ano com maturidade em 2016 ao abrigo do programa Euro Medium Term Note, bem como das Exchangeable Bonds emitidas, no montante de €750 milhões a 4,125% ao ano com maturidade em 2014, pela Portugal Telecom International Finance B.V. O consent solicitation está a ser realizado devido à transação entre a PT e a Oi, anunciada a 2 de outubro de 2013.

**3. março. 14** | A PT anunciou, no seguimento do Consent Solicitation Memorandum anunciado a 7 de fevereiro de 2014, que obteve o consentimento dos detentores de todas as notes emitidas pela Portugal Telecom International Finance B.V. ("PTIF") sob o programa Euro Medium Term Note ("PTIF Notes"). A PT obteve ainda o consentimento dos detentores das obrigações permutáveis de €750 milhões a 4,125% ao ano com maturidade em 2014, emitidas pela PTIF.

**18. março. 14** | A PT anunciou que obteve o consentimento dos detentores de obrigações PT Taxa Fixa 2012/2016 (€400 milhões a 6,25% ao ano) emitidas ao abrigo do programa Euro Medium Term Note.

#### Combinação de negócios com a Oi

**20. fevereiro. 14** | A PT, SGPS, S.A. e a Oi anunciaram a celebração dos instrumentos contratuais definitivos que regulam as etapas necessárias à implementação da operação que culminará na fusão entre a PT, a Oi, a Telemar Participações S.A. ("TmarPart") e as sociedades brasileiras controladoras da TmarPart, com vista a constituírem uma única e integrada sociedade cotada brasileira, a CorpCo que, nos termos dos Documentos Definitivos foi definido que será a TmarPart.



## 04 Principais eventos

**27. março. 14** | A PT, SGPS, S.A. informou que os seus acionistas reunidos em Assembleia Geral deliberaram aceitar a participação da PT no aumento de capital da Oi mediante a contribuição dos ativos que constituem a totalidade dos ativos operacionais detidos pelo Grupo Portugal Telecom e responsabilidades inerentes, com exceção das ações da própria Oi, das ações da Contax Participações, S.A. e da Bratel BV detidas direta ou indiretamente pela PT.

**28. março. 14** | A PT informou sobre facto relevante divulgado pela Oi sobre a suspensão de oferta pública de distribuição primária de ações.

**31. março. 14** | A PT informou sobre o comunicado divulgado pela Oi sobre o resultado da Assembleia Geral desta sociedade e a aprovação emitida pela autoridade brasileira Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel relativamente à reorganização societária que permitirá a consolidação da aliança industrial entre a Oi e a PT.

**3. abril. 14** | A PT informou sobre o fato relevante divulgado pela Oi sobre a revogação da suspensão de oferta pública de distribuição primária de ações.

**3. abril. 14** | A PT informou sobre o fato relevante divulgado pela Oi sobre a quantidade máxima de ações que poderão ser emitidas na oferta pública de distribuição primária de ações da Oi.

**3. abril. 14** | A PT informou sobre o fato relevante divulgado pela Oi sobre recentes interações entre a Oi e os bancos que compõem o sindicato formado para a Oferta.

**29. abril. 14** | A PT anunciou ter sido concluído o período de subscrição de ações no âmbito do aumento de capital da Oi

**5. maio. 14** | A PT informou ter procedido, em liquidação do aumento de capital da Oi, à transferência para uma conta de valores mobiliários aberta em nome da Oi da totalidade das ações representativas do capital social da PT Portugal, SGPS, S.A. que eram por si detidas.

Adicionalmente, nos termos dos acordos de implementação das alterações aprovadas, na assembleia realizada no dia 18 de março de 2014, pelos titulares dos valores mobiliários denominados €400,000,000 6.25 per cent Notes due 2016, emitidos pela PT ao abrigo do seu €7,500,000,000 Euro Medium Term Note Programme ("Notes"), a PT Portugal passou a partir de 5 de maio de 2014 a ser a emitente e principal devedora de tais Notes.

### Investimentos na Rioforte

**30. junho. 14** | A PT veio prestar os seguintes esclarecimentos relativos às notícias veiculadas na comunicação social relacionadas com a aplicação de tesouraria em papel comercial da Rio Forte Investments S.A. ("Rioforte"), sociedade do Grupo Espírito Santo ("GES").

A PT subscreveu, através das então subsidiárias PT International Finance BV e PT Portugal, um total de 897 milhões de euros em papel comercial da Rioforte com uma remuneração média anual de 3,6%. Todas as aplicações de tesouraria em papel comercial da Rioforte em carteira venciam em 15 e 17 de julho de 2014 (847 e 50 milhões de euros, respetivamente).

## 04 Principais eventos

### Torres Móveis

**25. junho. 14** | A PT informou sobre o facto relevante divulgado pela Oi sobre a celebração do contrato entre a Telemar Norte Leste S.A. e a BRT Serviços de Internet S.A. com a SBA Torres Brasil, Limitada, pelo qual se comprometeram a transferir ações representativas de 100% do capital social da sociedade por elas controlada, detentora de 1.641 torres de telecomunicações originárias das operações de telefonia móvel, em contrapartida do recebimento do valor total de R\$1.172.493.238,00.

### MEO

**27. janeiro. 14** | A PT anunciou que os serviços prestados pela marca TMN passariam a ser prestados sob a marca MEO, tendo a TMN realizado uma alteração da sua denominação social para MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A..

## Eventos subsequentes

### Órgãos Sociais

**1. julho. 14** | A PT anunciou que Fernando Magalhães Portella e Otávio Marques de Azevedo renunciaram aos respetivos cargos de membro não executivo do Conselho de Administração da PT.

**30. julho. 14** | A PT anunciou que Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires renunciou ao respetivo cargo de membro não executivo do Conselho de Administração da PT.

**4. agosto. 14** | A PT anunciou que Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes renunciou, a 30 de julho de 2014, ao respetivo cargo de membro não executivo do Conselho de Administração da PT.

**7. agosto. 14** | A PT anunciou que o Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da PT, Dr. Henrique Granadeiro, informou o Conselho de Administração que, tendo conduzido todos os trabalhos necessários para garantir a convocação de uma AG e toda a informação aos acionistas, apresentou a sua renúncia de todas as funções que detém no Conselho de Administração.

### Investimentos na Rioforte

**16. julho. 14** | A PT e a Oi anunciaram que se mantêm comprometidas em concluir a combinação dos seus negócios, tendo assinado nesta data um novo Memorando de Entendimentos ("MoU").

O MoU foi assinado na sequência do não reembolso por parte da Rio Forte Investments, SA ("Rioforte"), uma sociedade do Grupo Espírito Santo ("GES"), dos 847 milhões de euros já vencidos do total de 897 milhões de euros em aplicações de tesouraria ("Dívida da Rioforte") que foram subscritas pelo grupo PT e que atualmente são detidas por subsidiárias que foram contribuídas para a Oi no âmbito da combinação de negócios anunciada no dia 2 de outubro de 2013.

## 04 Principais eventos

**28. julho. 14** | A PT e a Oi anunciaram que chegaram a acordo sobre os termos definitivos dos principais contratos a celebrar na sequência do Memorando de Entendimentos ("MoU") anunciado em 16 de julho de 2014.

A celebração da documentação definitiva está sujeita à aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas da PT e pelo Conselho de Administração da Oi. A documentação estabelece que:

- A PT irá permutar ("Permuta") com a Oi as aplicações de tesouraria na Rio Forte Investments, SA ("Dívida da Rioforte") no montante de 897 milhões de euros, em contrapartida de 474.348.720 ações ON mais 948.697.440 ações PN da Oi ("Ações da Oi Objeto da Opção"):
- À PT será atribuída uma opção de compra não transferível de tipo Americano ("Opção de Compra") para readquirir as Ações da Oi Objeto da Opção (com o preço de exercício de R\$2,0104 para ações ON e R\$1,8529 para ações PN), a qual será ajustada pela taxa brasileira CDI acrescida de 1,5% por ano;
- A Opção de Compra sobre as Ações da Oi Objeto da Opção entrará em vigor à data da Permuta, terá uma maturidade de 6 anos, expirando a possibilidade de exercício pela PT em 10% das Ações da Oi Objeto da Opção no fim do primeiro ano e 18% em cada ano seguinte;
- Qualquer montante recebido como resultado da monetização da Opção de Compra através da emissão de instrumentos derivados tem de ser utilizado para o exercício da Opção de Compra;
- A PT só pode adquirir ações da Oi ou da CorpCo através do exercício da Opção de Compra;
- A Opção de Compra será cancelada se (i) os estatutos da PT forem voluntariamente alterados para remover a limitação de voto de 10%, (ii) a PT atuar como concorrente da Oi, ou (iii) a PT violar certas obrigações decorrentes da documentação definitiva, e
- Os contratos serão celebrados assim que todas as aprovações societárias sejam obtidas e a Permuta está sujeita à aprovação da Comissão de Valores Mobiliários no Brasil e deve ser executada em ou antes de março 2015.

Os termos dos acordos a serem apresentados pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral de Acionistas até vinte e um dias antes da realização da Assembleia também irão incluir uma estrutura acordada alternativa à incorporação da PT na CorpCo anunciada previamente, de modo a atingir os seguintes objetivos:

- Permitir que a incorporação da Oi na CorpCo e a migração para o Novo Mercado sejam implementadas o mais rapidamente possível, com a cotação da CorpCo na BM&F Bovespa, Euronext Lisboa e NYSE;
- Sujeito a aprovação dos acionistas em Assembleia Geral de Acionistas, convocada especificamente para o efeito, os acionistas da PT irão receber todas as ações da CorpCo detidas pela PT, após a execução da Permuta e antes que qualquer exercício da Opção de Compra, correspondendo a uma participação de 25,6% na CorpCo, ajustada pelas ações em tesouraria, e
- A PT continuará cotada com a participação na Dívida da Rioforte e a Opção de Compra como os seus únicos ativos relevantes.

**13. agosto. 14** | A PT divulgou a proposta e documento informativo relativo ao ponto único da ordem de trabalhos (deliberar sob proposta do Conselho de Administração, sobre os termos dos contratos a celebrar entre a PT e a Oi no âmbito da combinação dos negócios das duas empresas) para a Assembleia Geral de Acionistas, a realizar em 08 de setembro de 2014.

## 04 Principais eventos

Abaixo está um resumo de algumas das informações contidas no documento informativo divulgado em 13 de agosto de 2014:

### Acordo sobre os termos para prosseguir com a Combinação de Negócios

Em 28 de julho de 2014, foram definidos entre a PT e a Oi os termos que constam dos principais contratos definitivos ("Contratos Definitivos") que, sujeito à aprovação, pela Assembleia Geral da PT, da celebração dos acordos com Oi no sentido de prosseguir com a Combinação de Negócios com as necessárias adaptações, e uma vez aprovados pelo conselho de administração da Oi, serão celebrados entre, por um lado, a PT e, por outro lado, a Portugal Telecom International Finance B.V. ("PTIF") e a PT Portugal, SGPS, S.A. ("PT Portugal") (coletivamente, as "Subsidiárias da Oi") e, ainda, a Oi e a CorpCo, e que têm por objetivo fixar os termos e condições sob os quais poderão vir a ser efetivadas as operações acordadas entre a Oi e a PT para a segunda fase da operação de Combinação de Negócios, envolvendo a Incorporação da Oi e a Reorganização Societária, conforme acima descrito. Os Contratos Definitivos reger-se-ão pelo direito brasileiro.

Os Contratos Definitivos preveem (i) a realização de uma permuta no âmbito da qual as Subsidiárias da Oi entregarão à PT os Instrumentos Rioforte, e a PT em troca entregará às Subsidiárias da Oi ações ordinárias e preferenciais emitidas pela Oi (ou pela CorpCo, na hipótese de a permuta ser efetivada após a Incorporação da Oi); e (ii) a outorga pelas Subsidiárias da Oi de uma opção de compra de ações emitidas pela Oi a favor da PT.

Por se tratar de uma operação com ações em tesouraria da Oi, a implementação da Permuta e consequente eficácia da Opção de Compra (tal como abaixo definidas) dependem da autorização da Comissão de Valores Mobiliários brasileira ("CVM") para (a) o recebimento das Ações Permutadas pelas Subsidiárias da Oi; (b) a manutenção de ações emitidas pela Oi (e, após a Incorporação da Oi, pela CorpCo) em tesouraria, em volume equivalente ao número máximo de Ações Permutadas (tal como abaixo definidas); e (c) a outorga da opção de compra pelas Subsidiárias da Oi a favor da PT, em volume equivalente ao número máximo de Ações Permutadas. Caso a aprovação da CVM não seja obtida até 31 de março de 2015, a Permuta não será consumada e a Opção de Compra não entrará em vigor, nos termos previstos nos Contratos Definitivos.

### Principais termos do Contrato de Permuta e Outras Avenças ("Contrato de Permuta")

As Subsidiárias da Oi e a PT realizarão uma permuta através da qual a PT entregará às Subsidiárias da Oi 474.348.720 ações ordinárias e 948.697.440 ações preferenciais representativas do capital social da Oi, ambas transacionáveis em bolsa ("Ações Permutadas"), e as Subsidiárias da Oi entregarão, em contrapartida, os Instrumentos Rioforte à PT ("Permuta"). Caso a Permuta apenas seja efetivada após a Incorporação da Oi, a PT entregará às Subsidiárias da Oi 1.348.193.932 ações ordinárias representativas do capital da CorpCo, que serão igualmente transacionáveis em bolsa. Os Instrumentos Rioforte que a Portugal Telecom irá adquirir através da celebração dos Contratos Definitivos propostos à Assembleia Geral poderão acabar por não ter qualquer valor.

A conclusão da Permuta, com a transferência das Ações Permutadas para as Subsidiárias da Oi e dos Instrumentos Rioforte para a PT, deverá ocorrer no prazo de até três dias úteis após aprovação da CVM.

O Contrato de Permuta estabelece ainda que, uma vez consumada a Permuta, a Oi, a CorpCo e as Subsidiárias da Oi outorgarão quitação à PT e aos seus administradores em relação às aplicações financeiras nos Instrumentos

## 04 Principais eventos

Rioforte, e à sua posterior utilização para efeitos da contribuição para o Aumento de Capital da Oi, assim como renúncia expressa da Oi, da CorpCo e das Subsidiárias da Oi a qualquer eventual direito de ação e pedido de indemnização (com expressa e exclusiva exceção das ações de regresso contra a PT) em razão dos Instrumentos Rioforte e da sua contribuição no âmbito do Aumento de Capital da Oi, e a omissões ou incompletude de informações relacionadas especificamente com os Instrumentos Rioforte, a sua situação e riscos envolvidos.

### Principais termos do Contrato de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças (“Contrato de Opção de Compra”)

Nos termos do Contrato de Opção de Compra, as Subsidiárias da Oi concederão à PT uma opção não transferível de tipo americano (“Opção de Compra”) para a aquisição de 474.348.720 ações ordinárias e de 948.697.440 ações preferenciais representativas do capital da Oi (ou 1.348.193.932 ações ordinárias representativas do capital da CorpCo, após a Incorporação da Oi) (“Ações Objeto da Opção de Compra”).

A Opção de Compra poderá ser exercida, total ou parcialmente, a qualquer tempo, pelo prazo de seis anos, contados da data da consumação da Permuta. O número original de Ações Objeto da Opção de Compra disponíveis para o exercício da Opção de Compra será reduzido em 10% no primeiro aniversário da data do início da vigência da Opção de Compra e em 18% nos aniversários seguintes.

O preço de exercício da Opção de Compra será de R\$1,8529 por ação preferencial e de R\$2,0104 por ação ordinária emitida pela Oi (e, se aplicável, R\$2,0104 por ação ordinária emitida pela CorpCo), corrigido pela variação da taxa brasileira CDI, acrescida de 1,5% ao ano, calculada pro rata temporis, desde a realização da Permuta até à data do efetivo pagamento do preço de exercício, seja parcial ou total, da Opção de Compra. O preço de exercício da Opção de Compra deverá ser pago à vista, em dinheiro, na data da transferência das Ações Objeto da Opção de Compra.

Caso a PT Portugal, a PTIF e/ou qualquer subsidiária da Oi não possuam, em tesouraria, Ações Objeto da Opção de Compra livres em número suficiente para entregar à PT, a Opção de Compra poderá ser liquidada financeiramente, mediante o pagamento pelas Subsidiárias da Oi do valor correspondente à diferença entre o preço de mercado das Ações Objeto da Opção de Compra no dia útil anterior ao exercício da Opção de Compra e o respetivo preço de exercício correspondente a estas ações.

Enquanto vigorar a Opção de Compra, a PT não poderá adquirir ações representativas do capital da Oi ou da CorpCo, direta ou indiretamente, por qualquer forma que não através do exercício da Opção de Compra. A PT não poderá ceder ou transferir a Opção de Compra, nem outorgar quaisquer direitos decorrentes da Opção de Compra, incluindo garantias, sem o consentimento da Oi. Caso a PT emita, direta ou indiretamente, derivados que estejam indexados ou referenciados em ações representativas do capital da Oi ou da CorpCo, deverá imediatamente utilizar a totalidade dos recursos financeiros auferidos, direta ou indiretamente, em tais operações na aquisição de Ações Objeto da Opção de Compra.

A Oi poderá declarar extinta a Opção de Compra, caso (i) sejam alterados voluntariamente os estatutos da PT para suprimir ou alterar a previsão que limita o direito de voto a 10% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social da PT; (ii) a PT passe a atuar como concorrente da Oi; ou (iii) a PT viole determinadas obrigações assumidas no Contrato de Opção de Compra.

## 04 Principais eventos

A Opção de Compra caducará automaticamente caso a Permuta não seja efetivada até 31 de março de 2015.

### Outras informações relativas à operação, aprovações societárias e Combinação de Negócios

Os termos e condições dos Contratos Definitivos foram aprovados, em 28 de julho de 2014, pelo Conselho de Administração da PT. A celebração dos Contratos Definitivos e a efetivação da Permuta e da Opção de Compra acima descritas estão sujeitas a determinadas condições, incluindo, entre outras aprovações societárias, a aprovação pela Assembleia Geral da PT e pelo conselho de administração da Oi.

Serão submetidas, ainda, a reunião prévia dos acionistas da CorpCo: (i) a proposta de estrutura alternativa em análise para a integração das bases acionistas da PT e da CorpCo após a incorporação das ações da Oi não abrangidas pela Permuta e, desde que viável, a admissão à negociação das ações da CorpCo na BM&FBOVESPA, na NYSE e no Euronext Lisbon; (ii) a alteração dos estatutos sociais da CorpCo para incluir uma limitação de 7,5% dos direitos políticos (a) da PT, e (b) de qualquer acionista que, em virtude da eventual integração das bases acionistas da PT e da CorpCo, adquira uma participação superior a 15% da quantidade de ações em que se dividir o capital social da CorpCo, excluídas as ações representativas do capital da CorpCo anteriormente detidas ou que venham a ser adquiridas por outro meio; e (iii) a alteração de prazos e outras disposições dos aditivos/adendas aos acordos de acionistas, do compromisso provisório de voto e dos termos de resilição/cessação dos acordos de acionistas, todos celebrados em 19 de fevereiro de 2014.

Na sequência da Permuta, é intenção da PT desencadear, contra a Rioforte e partes relevantes relacionadas, em toda a extensão permitida por lei, as vias legais e processuais ao seu dispor com vista a obter o reembolso dos Instrumentos Rioforte, incluindo no âmbito de qualquer reestruturação da dívida da Rioforte proposta no processo de gestão controlada (gestion contrôlée) nos termos da lei do Luxemburgo.

Finalmente, é intenção da PT, após a execução da Permuta e da Opção de Compra, manter as ações representativas do seu capital social admitidas à negociação no Euronext Lisbon, na medida em que se mantenham cumpridos os requisitos de admissão naquele mercado.

# 05

## Principais riscos e incertezas

Os fatores de risco e eventos descritos abaixo poderão afetar de forma adversa ou significativa a posição financeira da Portugal Telecom e, em consequência, provocar uma diminuição do preço de mercado das ações ordinárias ou dos ADS's da Portugal Telecom, conforme o caso.

### Taxa de Câmbio

O risco de taxa de câmbio está essencialmente relacionado com o investimento da Portugal Telecom na Oi. A Eventuais variações cambiais ocorridas no Real Brasileiro face ao euro afetam a valorização do investimento na Oi e deste modo a situação patrimonial da PT. Conforme mencionado na Nota 16, foi registado um ganho de Euro 58 milhões que reflete a apreciação do Real Brasileiro face ao Euro, entre 5 de Maio e 30 Junho de 2014.

### Cotação da ação Oi

A volatilidade da cotação da ação da Oi pode impactar os resultados e a valorização dos ativos detidos pela Portugal Telecom, na medida em que conforme mencionado na Nota 3 das Demonstrações Financeiras, este investimento encontra-se registado ao justo valor, considerando a cotação das ações da Oi. A 30 Junho 2014, registou-se uma perda de Euro 71 milhões, resultante da diminuição da cotação da ação da Oi entre 5 de Maio e 30 de Junho de 2014.

### Crédito

Os riscos relacionados com atividades de tesouraria resultam essencialmente dos investimentos efetuados pelo Grupo em disponibilidades monetárias. Com o objetivo de mitigar este risco, a política da PT para aplicações de tesouraria segue os seguintes princípios:

- Aplicações sob a forma de depósitos bancários, ficando excluídas todas as outras modalidades;
- As instituições financeiras contraparte devem ter *rating* atribuído;
- Definição de um limite por contraparte que não pode exceder os 34% do valor total dos depósitos.

### Novo Memorando de Entendimentos (“MoU”) celebrado entre a Portugal Telecom e Oi

No dia 28 de julho de 2014, após o não reembolso dos instrumentos financeiros da Rio Forte no montante de Euro 897 milhões, subscritos por sociedades por entidades que eram detidas pela Portugal Telecom na respetiva data de maturidade, o Conselho de Administração da PT e a Oi acordaram os termos dos principais contratos definitivos a celebrar para implementação do novo memorando de entendimento, assinado a 16 de Julho de 2014. A execução dos contratos está sujeita à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, agendada para dia 8 Setembro 2014, do Conselho de Administração da Oi, estando igualmente dependente da aprovação da operação de permuta dos instrumentos por ações da Oi detidas pela PT por parte da Comissão de Valores Mobiliários Brasileira.

## 05 Principais riscos e incertezas

Neste âmbito, devem ser considerados os seguintes fatores de risco e incertezas associados à implementação e à sua não execução:

- A Rioforte não reembolsou os Instrumentos Rioforte que a Portugal Telecom irá adquirir no âmbito da Permuta e é possível que a Portugal Telecom não consiga obter o pagamento de quaisquer dos montantes pendentes em virtude desses instrumentos;
- Após a celebração dos Contratos Definitivos, a Opção de Compra será um dos únicos ativos da Portugal Telecom e o seu valor estará dependente de fatores que estão fora do controlo da PT;
- A Portugal Telecom pode não ter disponibilidades suficientes para exercer a Opção de Compra;
- Os Contratos Definitivos contêm restrições significativas relativamente às atividades da Portugal Telecom e limitam os direitos de voto dos acionistas da CorpCo;
- É expectável que a Fusão da PT não ocorra, mas os termos e condições específicos de uma estrutura alternativa para a implementação da Combinação de Negócios ainda não foram determinados. A implementação da Combinação de Negócios continua sujeita a incertezas e poderá não gerar os benefícios que a Portugal Telecom, a Oi e a CorpCo pretendem alcançar;
- Os Acionistas e titulares de ADS's não devem tomar qualquer decisão relativamente a uma estrutura alternativa de implementação da Combinação de Negócios enquanto os termos e condições específicos dessa estrutura alternativa não tiverem sido determinados e propostos aos Acionistas para aprovação e, nesse caso, somente após terem analisado os documentos fornecidos no âmbito da assembleia geral a convocar para esse efeito;
- A Permuta e a atribuição da Opção de Compra podem ser realizadas sem que a dita Opção de Compra venha a ser exercida ou sem que as etapas restantes da Combinação de Negócios venham a ser implementadas;
- A Portugal Telecom não pode assegurar que as ações representativas do seu capital social continuem a ser admitidas à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon na sequência da Permuta e da atribuição da Opção de Compra e de qualquer atribuição futura de ações da CorpCo que seriam detidas pela Portugal Telecom após a execução das referidas operações;
- Existe o risco de a Portugal Telecom vir a apurar um imposto a pagar no exercício de 2014 ou em exercícios futuros em resultado da celebração dos Contratos Definitivos;
- A Portugal Telecom poderá incorrer em responsabilidade no âmbito de litígios futuros ou de investigações que possam vir a ser iniciadas por entidades governamentais ou reguladoras relativamente aos Instrumentos Rioforte ou à Combinação de Negócios;
- A Portugal Telecom poderá incorrer em responsabilidades e restrições no âmbito de litígios futuros que possam vir a ser iniciados em caso de não celebração de um acordo com a Oi;
- A negociação tendente à celebração dos Contratos Definitivos foi conduzida pelo Conselho de Administração da PT, o qual decidiu submeter a respetiva decisão a deliberação dos Acionistas.

Informação detalhada dos fatores de risco associados à execução dos contratos definitivos em implementação do MoU, bem como os relativos à sua não execução pode ser consultada na seção 6 – “Fatores de Risco e Advertências” constante do documento informativo anexo à proposta relativa ao ponto único apresentada pelo Conselho de Administração à referida Assembleia Geral de Acionistas, agendada para o dia 8 de setembro de 2014.



# 06

## Participações qualificadas

### Participações qualificadas

Nos termos da alínea c) do nº1 do artigo 9º do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários nº 5/2008, presta-se a seguinte informação quanto às participações qualificadas detidas por acionistas no capital social da PT de que a sociedade foi informada por referência a 30 de junho de 2014 ou a data anterior conforme indicado:

- > A 2 de junho de 2011, a PT informou que era imputável à RS Holding, SGPS, S.A. ("RS Holding") uma participação qualificada e posição económica longa correspondentes a 90.111.159 ações da PT, correspondentes a 10,05% do respetivo capital social e direitos de voto, de acordo com o quadro seguinte:

<i>Entidades</i>	<i>Nº ações</i>
Nivalis Holding BV ("Nivalis")	90.099.969
Nuno Rocha dos Santos Almeida Vasconcellos	11.190
Total	90.111.159

A PT foi informada de que: (i) a Insight Strategic Investments, SGPS, S.A. ("Insight") e a Ongoing – Strategy Investments, SGPS, S.A. ("Ongoing") são as acionistas únicas da Nivalis, detendo, respetivamente, uma participação correspondente a 62,55% e 37,45% dos direitos de voto naquela sociedade; (ii) a Ongoing é a acionista maioritária da Insight; e (iii) a RS Holding é a acionista maioritária da Ongoing. Por outro lado, a Senhora D. Isabel Rocha dos Santos é a acionista maioritária da RS Holding. O acionista Nuno Rocha dos Santos Almeida Vasconcellos é administrador da Insight, da Ongoing e da RS Holding.

No dia 21 de agosto de 2014, a PT divulgou ainda uma alteração parcial na composição da participação qualificada detida pela RS Holding e pela Ongoing na PT, no entanto a posição da RS Holding e da Ongoing na PT, correspondente a 90.111.159 ações, representativas de 10,05% do capital social e dos correspondentes direitos de voto mantinha-se inalterada.

- > A 31 de dezembro de 2014, o Grupo Banco Espírito Santo ("Grupo BES") detinha uma participação qualificada equivalente a um total de 90.056.485 ações da PT, representativas de 10,05% do capital social e dos direitos de voto da PT. No quadro seguinte apresenta-se a participação do BES calculada nos termos do nº1 do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários ("CVM"):

## 06 Participações qualificadas

<i>Entidades</i>	<i>Nº ações</i>
Banco Espírito Santo, S.A. ("BES")	4.218
Sociedades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com o BES	90.033.955
Membros dos órgãos de Administração e Fiscalização do BES	17.444
<b>Total</b>	<b>90.056.485</b>

No dia 29 de julho de 2014, a PT divulgou ainda uma alteração na composição da participação qualificada detida pelo BE, nos termos do qual a participação qualificada correspondente a 90.145.122 ações ordinárias, representativas de 10,06% do capital social e dos correspondentes direitos de voto na PT, passou a ser imputável ao BES como segue:

<i>Entidades</i>	<i>Nº ações</i>
Banco Espírito Santo, S.A. ("BES")	90.004.218
Sociedades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com o BES	120.688
Membros dos órgãos de Administração e Fiscalização do BES	20.216
<b>Total</b>	<b>90.145.122</b>

Conforme é do conhecimento público, foi anunciada no passado dia 3 de agosto de 2014 uma transferência de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do Banco Espírito Santo, SA, para o Novo Banco, SA., não tendo contudo a PT sido informada, até à presente data, acerca de qualquer transmissão de ações representativas do seu capital social, ou respetivos direitos de voto, que eram detidos e/ou imputados ao Banco Espírito Santo, S.A., para qualquer outra entidade.

- > A 31 de maio de 2012, a PT divulgou que a Telemar Norte Leste SA ("TMAR") detinha uma participação qualificada correspondente a 89.651.205 ações da PT, representativas de 10,0% do respetivo capital social e direitos de voto. O único acionista da TMAR é a OI, S.A., a qual é diretamente controlada pela Telemar Participações S.A. Por sua vez, a Telemar Participações S.A. é conjuntamente controlada pelas seguintes entidades: AG Telecom Participações, S.A., L.F. Tel S.A., Fundação Atlântico de Seguridade Social, BNDES Participações S.A. - BNDESPar., Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF, Fundação Petrobrás de Seguridade Social – PETROS e Bratel Brasil, S.A.
- > A 20 de março de 2014, a PT informou que a UBS AG detinha uma participação qualificada na PT correspondente a 45.736.067 ações, representativas de 5,10% do respetivo capital social e direitos de voto, de acordo com o quadro seguinte:

## 06 Participações qualificadas

<i>Entidades</i>	<i>Nº ações</i>
UBS AG	29.492.450
UBS AG por conta de diversos dos seus clientes	7.032.261
CCR Asset Management	1.265.840
UBS Financial Services Inc.	23.569
UBS Fund Management (Switzerland) AG	767.420
UBS Fund Services (Luxembourg) SA	5.545.370
UBS Global Asset Management (Australia)	12.538
UBS Global Asset Management (Hong Kong)Ltd	729.693
UBS Global Asset Management (Japan)Ltd	366.447
UBS Global Asset Management (Singapore) Ltd	27.438
UBS Global Asset Management (UK) Ltd	352.322
UBS Global Asset Management Life Ltd	120.718
<b>Total</b>	<b>45.736.067</b>

No dia 8 de agosto de 2014, a PT divulgou ainda que a UBS AG detinha uma participação qualificada, direta e indireta, correspondente a 42.837.197 ações, representativas de 4,78% do respetivo capital social e direitos de voto.

- > A 6 de fevereiro de 2012, a PT divulgou que o Norges Bank detinha uma participação qualificada correspondente a 44.442.888 ações da PT, representativas de 4,96% do capital social e dos correspondentes direitos de voto.
- > A 31 de dezembro de 2010, era imputável ao Grupo Visabeira SGPS, S.A. ("Grupo Visabeira", empresa detida em 77,85% pelo Senhor Engenheiro Fernando Campos Nunes) uma participação qualificada de 23.642.885 ações da PT, representativas de 2,64% do respetivo capital social e direitos de voto, nos seguintes termos:

<i>Entidades</i>	<i>Nº ações</i>
Grupo Visabeira	11.523.213
Visabeira Investimentos Financeiros, SGPS, S.A. (empresa detida em 100% pela Visabeira Estudos e Investimentos, S.A., a qual era detida em 100% pela Visabeira Serviços, SGPS, S.A., que por sua vez era detida em 100% pelo Grupo Visabeira)	12.119.672
<b>Total</b>	<b>23.642.885</b>

No dia 2 de janeiro de 2014 a PT divulgou ainda uma alteração do título de imputação da participação qualificada detida pelo Grupo Visabeira. Em 27 de dezembro de 2013, a Visabeira Investimentos Financeiros, SGPS, S.A., foi incorporada por fusão na Visabeira Estudos e Investimentos, S.A.. Em resultado da referida fusão, 12.119.672 ações ordinárias representativas de 1,352% do capital social da PT e correspondentes direitos de voto que eram detidas diretamente pela Visabeira Investimentos Financeiros, SGPS, S.A. passaram a ser detidas diretamente pela Visabeira Estudos e Investimentos, S.A..

## 06 Participações qualificadas

A Visabeira Estudos e Investimentos, S.A., é detida a 100% pela Visabeira Participações Financeiras, SGPS, S.A., a qual é detida a 100% pelo Grupo Visabeira, o qual detém também, diretamente, 11.523.213 ações ordinárias representativas de 1,285% do capital social da PT e correspondentes direitos de voto.

Consequentemente, é imputável ao Grupo Visabeira uma participação qualificada correspondente a 23.642.885 ações ordinárias representativas de 2,637% do capital social da PT e correspondentes direitos de voto, a qual se manteve acima do limiar de 2% relevante para efeitos de comunicação de participações qualificadas que havia sido reportado na última informação divulgada.

A PT foi ainda informada de que uma participação correspondente a 78,2642% do capital social do Grupo Visabeira e correspondentes direitos de voto é detida diretamente pela sociedade NCFGEST, SGPS, S.A., a qual é detida a 100% pelo Senhor Engenheiro Fernando Campo Nunes, pelo que a participação qualificada do Grupo Visabeira é igualmente imputável a estas entidades.

- > A 6 de maio de 2014, a PT divulgou que o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP na qualidade de entidade gestora do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social detinha uma participação qualificada correspondente 20.260.743 ações ordinárias representativas de 2,26% do capital social da PT e dos correspondentes direitos de voto.

A PT foi ainda informada que esta situação resultou da operação de redução de capital social realizada pela PT, no dia 10 de dezembro de 2008, de 28.277.855,31 euros para 26.895.375,00 euros. Na sequência desta operação, o FEFSS passou a deter 20.474.902 ações ordinárias representativas de 2,28% do capital social da PT e dos correspondentes direitos de voto.

- > A 3 de fevereiro de 2010, a PT informou que a Controlinveste International Finance, S.A. detinha uma participação qualificada na PT de 20.419.325 ações, representativas de 2,28% do capital social e dos respetivos direitos de voto.

A PT foi informada de que a Controlinveste International Finance, S.A. era integralmente detida pela Controlinveste International, S.à.r.l., que era detida pela Controlinveste Comunicações, SGPS, S.A. e pela Olivedesportos – Publicidade, Televisão e Media, S.A., sendo a Controlinveste Comunicações, SGPS, S.A. integralmente detida pela Olivedesportos – Publicidade, Televisão e Media, S.A., a qual era, por sua vez, integralmente detida pela Sportinveste, SGPS, S.A. Esta última sociedade era integralmente detida pela Controlinveste, SGPS, S.A., que era, por sua vez, integralmente detida pelo Senhor Joaquim Francisco Alves Ferreira de Oliveira, ao qual continuavam a ser imputáveis, nos termos do nº 1 do artigo 20º do CVM, os direitos de voto correspondentes à referida participação social de 20.419.325 ações da PT representativas de 2,28% do respetivo capital social.

- > A 4 de abril de 2014, a PT divulgou que a Morgan Stanley detinha uma participação qualificada e uma posição longa na PT, representativas de 2,26% do capital social e dos direitos de voto, de acordo com o quadro seguinte:

## 06 Participações qualificadas

<i>Entidades</i>	<i>Nº ações</i>
Morgan Stanley & Co. International plc	8.589.777
Morgan Stanley & Co. LLC	11.565.892
Morgan Stanley Smith Barney LLC	87.344
Total	20.243.013

A PT foi ainda informada que a Morgan Stanley & Co. International plc detinha 50.505 ações ordinárias (através de instrumentos financeiros), representativas de 0,01% do capital social e dos direitos de voto correspondentes ao capital social da PT.

A PT foi igualmente informada de que a Morgan Stanley controla a Morgan Stanley & Co. International plc, a Morgan Stanley & Co. LLC e a Morgan Stanley Smith Barney LLC, através das seguintes cadeias de entidades:

- > Morgan Stanley & Co. International plc: Morgan Stanley International Holdings Inc., Morgan Stanley International Limited, Morgan Stanley Group (Europe), Morgan Stanley UK Group e Morgan Stanley Investments (UK);
  - > Morgan Stanley & Co. LLC: Morgan Stanley Capital Management LLC e Morgan Stanley Domestic Holdings Inc;
  - > Morgan Stanley Smith Barney LLC: Morgan Stanley Capital Management LLC, Morgan Stanley Domestic Holdings Inc e Morgan Stanley Smith Barney Holdings LLC.
- > No dia 12 de junho de 2013, a PT divulgou que a Pictet Asset Management SA detinha uma participação qualificada correspondente a 18.246.357 ações da PT, representativas de 2,04% do respetivo capital social e dos correspondentes direitos de voto.
- No dia 22 de julho de 2014, a PT divulgou ainda que a Pictet Asset Management SA passou a deter uma participação inferior a 2% dos direitos de voto correspondentes ao capital social da PT.
- > A 21 de maio de 2013, a PT divulgou que a Bestinver Gestión, S.A., SGIC detinha uma participação qualificada equivalente a um total de 17.981.057 ações da PT, representativas de 2,01% do capital social e dos direitos de voto da PT, de acordo com o quadro seguinte:

## 06 Participações qualificadas

<i>Entidades</i>	<i>Nº ações</i>
Bestinver Empleo, F.P.	31.026
Bestinver Bolsa. F.I.M.	5.038.930
Bestinver Ahorro Fondo de Pensiones	749.332
Bestinver Empleo III Fondo de Pensiones	10.122
Bestinver Hedge Value Fund. FIL	1.699.008
Bestinver Prevision F.P.	40.491
Bestinver Grandes Compañías. F.I.	215.141
Bestinver Global F.P.	1.385.218
Bestinver Mixto. F.I.M.	602.161
Bestvalue F.I.	1.183.637
Linker Inversiones SICAV	21.335
Divalsa de Inversiones SICAV	28.043
Bestinver SICAV-Bestinfund	506.751
Bestinver Empleo II. F.P.	6.957
Bestinver Futuro EPSV	20.478
Bestinver SICAV - Iberian	916.781
Bestinver Renta F.I.M.	139.620
Bestinver Consolidación EPSV	3.555
Bestinfond F.I.M.	4.579.542
Soixa SICAV S.A.	802.929
<b>Total</b>	<b>17.981.057</b>

- > No dia 7 de julho de 2014, a PT divulgou que no dia 27 de junho de 2014 o Citigroup detinha uma participação qualificada correspondente a 18.779.555 ações ordinárias representativas de 2,09% do capital social da PT e dos respetivos direitos de voto. No mesmo dia, a PT divulgou ainda que no dia 1 de julho o Citigroup passou a deter uma participação inferior a 2% dos direitos de voto correspondentes ao capital social da PT.

## 06 Participações qualificadas

### **Participações dos titulares dos órgãos sociais nos termos do artigo 9º, nº 1, alínea a) do Regulamento da CMVM nº 5/2008**

Nos termos e para os efeitos do artigo 9º, nº 1. alínea a) do Regulamento da CMVM nº 5/2008, presta-se a seguinte informação quanto aos valores mobiliários emitidos pela PT e por sociedades em relação de domínio ou de grupo com a PT detidos pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da PT, a 30 de junho de 2014:

#### **Conselho de Administração (incluindo membros da Comissão de Auditoria)**

Henrique Granadeiro é titular de 150 ações da PT. Henrique Granadeiro renunciou ao respetivo cargo de Presidente da PT do Conselho de Administração, conforme carta de renúncia datada de 7 de agosto de 2014.

Alfredo José Silva de Oliveira Baptista é titular de 8.193 ações da PT.

Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires é titular de 3.242 ações da PT. Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires era membro do Conselho de Administração do BES que a 30 de junho de 2014 detinha uma participação qualificada equivalente a um total de 90.056.087 ações da PT representativas de 10,05% do capital social e dos direitos de voto da PT. Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires renunciou ao respetivo cargo de Administrador não executivo da PT, conforme carta de renúncia datada de 23 de julho de 2014.

Carlos Alves Duarte é titular de 40 ações da PT.

Fernando Magalhães Portella não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo. Fernando Magalhães Portella é membro do Conselho de Administração da Oi que a 30 de junho de 2013 detinha uma participação qualificada equivalente a um total de 89.651.205 ações da PT representativas de 10,00% do capital social e dos direitos de voto da PT. Fernando Magalhães Portella renunciou ao respetivo cargo de Administrador não executivo da PT, conforme carta de renúncia datada de 30 de junho de 2014.

Francisco Teixeira Pereira Soares não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Gerald Stephen McGowan era titular de 60.000 ações da PT em 30 de junho de 2014.

João Manuel de Mello Franco é titular de 12.986 ações da PT. O cônjuge é titular de 322 ações da PT.

Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes é titular de 2.437 ações da PT. Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes era membro do Conselho de Administração do BES que a 30 de junho de 2014 detinha uma participação qualificada equivalente a um total de 90.056.087 ações da PT representativas de 10,05% do capital social e dos direitos de voto da PT. Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes renunciou ao respetivo cargo de Administrador não executivo da PT, conforme carta de renúncia datada de 30 de julho de 2014.

José Guilherme Xavier de Basto não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Luís Pacheco de Melo é titular de 45 ações da PT.

## 06 Participações qualificadas

Manuel Rosa da Siva é titular de 90 ações da PT.

Maria Helena Nazaré não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Mário João de Matos Gomes não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Milton Almicar Silva Vargas não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Nuno Rocha dos Santos de Almeida e Vasconcellos é titular de 11.190 ações da PT. Nuno de Almeida e Vasconcellos é Presidente do Conselho de Administração da RS Holding. SGPS. S.A. que em 30 de junho de 2014 detinha uma participação qualificada de 90.111.159 ações ordinárias da PT correspondente a 10,05% do respetivo capital social e direitos de voto.

Otávio Marques de Azevedo não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo. Otávio Marques de Azevedo é Presidente do Conselho de Administração da Telemar Participações S.A. holding controladora da Oi que detém uma participação qualificada correspondente a um total de 89.651.205 ações ordinárias da PT representativas de 10,0% do capital social e respetivos direitos de voto. Otávio Marques de Azevedo renunciou ao respetivo cargo de Administrador não executivo, conforme carta de renúncia datada de 30 de junho de 2014.

Paulo José Lopes Varela é titular de 7.134 ações da PT. Paulo José Lopes Varela é membro do Conselho de Administração do Grupo Visabeira que detém uma participação qualificada de 23.642.885 ações ordinárias da PT correspondente a 2,64% do respetivo capital social e direitos de voto.

Pedro Humberto Monteiro Durão Leitão é titular de 758 ações da PT.

Rafael Luís Mora Funes não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo, sendo o cônjuge titular de 501 ações da PT. Rafael Luís Mora Funes é membro do Conselho de Administração da RS Holding. SGPS. S.A. que em 30 de junho de 2014 detinha uma participação qualificada de 90.111.159 correspondente a 10,05% do capital social e dos direitos de voto.

Shakhaf Wine não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

### Revisor Oficial de Contas

Pedro Matos Silva. Revisor Oficial de Contas efetivo não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.



# 07

## Perspetivas

No seguimento da Combinação de Negócios, cumpre ainda dar nota sobre os possíveis eventos de natureza societária subsequentes à celebração dos acordos entre a PT e a Oi, incluindo a celebração e execução do Contrato de Permuta e do Contrato de Opção de Compra.

### Cenário inicial

Antes de mais, afigura-se útil recordar que, conforme inicialmente delineado no Memorando de Entendimentos, no momento da deliberação dos Acionistas da PT sobre a participação na operação de Aumento de Capital da Oi, encontrava-se previsto que, no decurso da Combinação de Negócios, e após a mencionada operação de aumento de capital, fossem concluídos os passos abaixo descritos e já acima aludidos na secção 1.1.

### Simplificação da estrutura de controlo da CorpCo – Reorganização Societária

Desde logo, a Combinação de Negócios conduziria a uma simplificação da estrutura de controlo da CorpCo. Esta simplificação resultaria da reorganização societária das diversas sociedades *holdings*, acionistas diretas e indiretas da CorpCo, em resultado da qual, entre outros efeitos, a PT passaria a deter diretamente as ações da Oi correspondentes à sua participação indireta na CorpCo. A Reorganização Societária deveria ocorrer em simultâneo com a Incorporação da Oi.

### Incorporação da Oi

Simultaneamente, a totalidade das ações representativas do capital social da Oi seriam incorporadas na CorpCo, sendo então as ações ordinárias e as ações preferenciais da Oi trocadas por ações ordinárias representativas do capital social da CorpCo. Em resultado desta operação, a Oi tornar-se-ia uma subsidiária integral da CorpCo.

Nos termos previstos para a Incorporação da Oi, (i) cada ação ordinária da Oi emitida e em circulação no momento da incorporação do capital social da Oi na CorpCo (excluindo as ações ordinárias da Oi tituladas pela CorpCo, que fossem ações próprias ou detidas por acionistas que exercessem o direito de exoneração ou retirada de que pudessem vir a ser titulares) seria convertida automaticamente numa ação ordinária da CorpCo, e (ii) cada ação preferencial da Oi emitida e em circulação no momento da incorporação do capital social da Oi na CorpCo (excluindo as ações preferenciais da Oi tituladas pela CorpCo ou que fossem ações próprias) seria convertida automaticamente em 0,9211 ações ordinárias da CorpCo.

Nos termos inicialmente previstos, pretendia-se que as ações representativas do capital social da CorpCo, entidade resultante das operações compreendidas na Combinação de Negócios, fossem admitidas à negociação no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, no mercado regulamentado Euronext Lisbon e na NYSE.

## 07 Perspetivas

### Fusão da PT

Finalmente, a Combinação de Negócios concluir-se-ia com a operação de fusão da PT na CorpCo. Esta fusão internacional implicaria a incorporação da PT na CorpCo, com a consequente extinção jurídica daquela após o registo comercial definitivo da Fusão da PT. Em resultado desta fusão, os ex-Acionistas da PT tornar-se-iam acionistas diretos da CorpCo.

### Nova estrutura em análise

Face a todas as circunstâncias já acima descritas, uma vez sendo aprovados e celebrados os acordos entre a PT e a Oi, incluindo a celebração e execução do Contrato de Permuta e do Contrato de Opção de Compra, e passando a PT a ser titular dos Instrumentos Rioforte, bem como da Opção de Compra nos termos acima descritos, a PT e a Oi concluíram que não seria viável levar a cabo a derradeira etapa acima aludida: a Fusão da PT.

Todavia, a PT e a Oi julgam que se mantêm as razões que justificam, para ambas as sociedades e para os seus acionistas, a continuação do processo de Combinação de Negócios já iniciado com a participação da PT no Aumento de Capital da Oi, ainda que o mesmo tenha de ser adaptado na medida do necessário para refletir as novas circunstâncias entretanto verificadas. Na verdade, sem prejuízo de tais adaptações, permanece válida e afigura-se como positiva a conclusão das operações de simplificação da estrutura acionista da CorpCo e, bem assim, a Incorporação da Oi na CorpCo, dessa forma permitindo a migração da CorpCo para o segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, com os melhores padrões de governo corporativo, aumento de liquidez, com controlo disperso no mercado e aceleração das sinergias criadas pela transação.

Assim, não sendo, como referido, possível formalizar a Fusão da PT, está a ser analisada uma estrutura alternativa que visaria obter, na medida do possível, os efeitos que resultariam da Fusão da PT: a unificação das bases acionistas de ambas as sociedades, com a atribuição aos Acionistas da PT de ações que a Portugal Telecom venha a deter na CorpCo após a execução da Permuta, com a admissão à negociação das ações da CorpCo na BM&FBOVESPA, no Euronext Lisbon e na NYSE. Mais se pretende que estes efeitos sejam alcançados tão brevemente quanto possível, por forma a que os Acionistas da PT venham, no mais curto período de tempo possível – mas sempre após a migração da CorpCo para o Novo Mercado – a ser titulares diretos de ações da CorpCo.

A mencionada estrutura alternativa, que terá de ser aprovada pelo Conselho de Administração da PT e por este proposta a aprovação dos Acionistas da PT em assembleia geral a convocar especialmente para o efeito, passaria por proceder a uma redução do capital social da PT, no âmbito da qual os Acionistas da PT receberiam as ações da CorpCo que a PT viesse a deter após a execução da Permuta. Nestes termos, no âmbito da redução do capital não haveria lugar a qualquer pagamento em dinheiro aos Acionistas, que receberiam em contrapartida das suas ações canceladas, na proporção da participação detida na PT, ativos com liquidez.

Na verdade, tal redução de capital pressupõe que as ações da CorpCo venham a ser previamente admitidas à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon.

Para tais efeitos, a CorpCo terá de solicitar a admissão à negociação das suas ações no Euronext Lisbon e preparar o correspondente prospeto a ser aprovado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários ("CMVM") no calendário

## 07 Perspetivas

compatível com o que vier a ser definido para a conclusão da Reorganização Societária e subsequente Incorporação da Oi pela CorpCo e migração da CorpCo para o segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

Se o Conselho de Administração aprovar e propuser aos Acionistas da PT uma redução do capital social e estes últimos também aprovarem a referida proposta, os Acionistas da PT passariam, por um lado, a ser titulares diretos de participações na CorpCo – tal como se a Fusão da PT tivesse sido parcialmente levada a cabo – mantendo, por outro lado, as respetivas participações na PT, a qual permaneceria titular dos Instrumentos Rioforte, bem como da Opção de Compra nos termos acima descritos, podendo manter-se uma sociedade cotada no Euronext Lisbon na medida em que fossem cumpridos os requisitos de admissão neste mercado.

Qualquer operação de redução de capital que possa vir a ser aprovada pelo Conselho de Administração e proposta aos Acionistas da PT terá de ser aprovada em assembleia geral, a convocar para o efeito, por uma maioria de dois terços dos votos emitidos, devendo, em primeira convocação, estar presentes ou representados Acionistas que detenham, pelo menos, ações correspondentes a um terço do capital social. Deste modo, é possível que, não obstante a realização da Permuta, a redução de capital da PT não venha a ser concluída, designadamente por não ser objeto de aprovação pelos Acionistas da PT. Neste caso, a PT permaneceria titular dos Instrumentos Rioforte, da Opção de Compra e das ações da CorpCo correspondentes a aproximadamente 25,6% do respetivo capital social, sendo aplicável à PT a limitação de 7,5% dos direitos de voto que constará dos estatutos sociais da CorpCo e que havia já sido acordada aquando da celebração, em 19 de fevereiro de 2014, dos contratos definitivos que estabeleceram os termos e condições para a Combinação de Negócios.

Convém recordar que, nos termos do Memorando de Entendimentos, a PT tinha a opção de não consumir a subscrição do Aumento de Capital da Oi caso a sua participação social na CorpCo, em resultado das ordens de subscrição do Aumento de Capital da Oi, em bases totalmente diluídas após a Incorporação da Oi, fosse igual ou inferior a 36,6% das ações representativas do capital social da CorpCo. No entanto, tal possibilidade estava apenas relacionada com a realização do Aumento de Capital da Oi – atualmente já realizado e liquidado – pelo que o eventual exercício de tal possibilidade já não se encontra na disponibilidade da PT.

# 08

## Declaração de pessoas responsáveis

Para efeitos do disposto no artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários os membros do Conselho de Administração da Portugal Telecom, SGPS, S.A. abaixo identificados declaram na qualidade e no âmbito das funções que lhe competem tal como aí referidas que tanto quanto é do seu conhecimento e tendo por base a informação a que tiveram acesso no seio do Conselho de Administração e/ou da Comissão Executiva consoante aplicável no exercício das suas funções:

- > As demonstrações financeiras relativas ao primeiro semestre de 2014 foram elaboradas nos termos legais com observância dos elementos mínimos previstos na IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo da situação financeira e dos resultados da Portugal Telecom, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no respetivo perímetro de consolidação;
- > O relatório de gestão intercalar expõe fielmente em termos indicativos os acontecimentos importantes ocorridos no primeiro semestre de 2014 e o seu impacto nas respetivas demonstrações financeiras contendo uma descrição correta dos principais riscos e incertezas para o segundo semestre deste exercício.

Lisboa, 28 de agosto de 2014

Henrique Granadeiro, Presidente da Comissão Executiva e Presidente do Conselho de Administração

Alfredo José Silva de Oliveira Baptista, Administrador executivo

Carlos Alves Duarte, Administrador executivo

Francisco Teixeira Pereira Soares, Administrador não-executivo

Gerald Stephen McGowan, Administrador não-executivo

João Manuel de Mello Franco, Administrador não-executivo

José Guilherme Xavier de Basto, Administrador não-executivo

Luís Pacheco de Melo, Administrador executivo

## 08 Declaração de pessoas responsáveis

Manuel Rosa da Silva, Administrador executivo

Maria Helena Nazaré, Administrador não-executivo

Mário João de Matos Gomes, Administrador não-executivo

Milton Almicar Silva Vargas, Administrador não-executivo

Nuno Rocha dos Santos de Almeida e Vasconcellos, Administrador não-executivo

Paulo José Lopes Varela, Administrador não-executivo

Pedro Humberto Monteiro Durão Leitão, Administrador executivo

Rafael Luís Mora Funes, Administrador não-executivo

Shakhaf Wine, Administrador executivo

# Demonstrações financeiras consolidadas

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

SEMESTRES E TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

	Notas	euros			
		1S14	1S13 Reexpresso	Não auditado	
				2T14	2T13 Reexpresso
<b>OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>					
<b>CUSTOS, PERDAS E (GANHOS)</b>					
Custos com o pessoal	5	6.523.256	5.995.425	3.340.345	2.747.834
Custos comerciais		4.763	18.460	2.535	10.960
Fornecimentos, serviços externos e outras despesas	6	4.402.437	1.809.530	3.426.160	862.043
Impostos indiretos	7	1.762.446	821.493	1.122.455	507.510
Provisões e ajustamentos		73.500	(798.592)	73.500	1.050
Amortizações e depreciações		64.499	126.226	18.461	63.196
Perdas (ganhos) com a alienação de ativos fixos, líquidos		31.690	(18.281)	(1)	(13.558)
Outros ganhos líquidos	8	(922.237)	(125.999.021)	(43.671)	(126.029.274)
		<b>11.940.354</b>	<b>(118.044.760)</b>	<b>7.939.784</b>	<b>(121.850.239)</b>
<b>Resultado antes de resultados financeiros e impostos</b>		<b>(11.940.354)</b>	<b>118.044.760</b>	<b>(7.939.784)</b>	<b>121.850.239</b>
<b>CUSTOS E (GANHOS) FINANCEIROS</b>					
Juros obtidos, líquidos	9	(10.457.961)	(8.107.782)	(3.668.692)	(4.662.354)
Perdas (ganhos) com variações cambiais, líquidas		311.401	(4.049.356)	378.116	7.846.459
Perdas em ativos financeiros e outros investimentos, líquidas	16	71.377.872	47.405	71.377.872	52.361
Perdas em empreendimentos conjuntos	17	38.027.775	59.500.503	19.823.458	42.517.735
Outras despesas financeiras, líquidas	10	18.550.757	15.495.243	12.761.860	9.067.528
		<b>117.809.844</b>	<b>62.886.013</b>	<b>100.672.614</b>	<b>54.821.729</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(129.750.198)</b>	<b>55.158.747</b>	<b>(108.612.398)</b>	<b>67.028.510</b>
Imposto sobre o rendimento	11	(4.472.274)	4.334.795	(3.163.587)	(1.908.170)
<b>Resultado das operações continuadas</b>		<b>(125.277.924)</b>	<b>50.823.952</b>	<b>(105.448.811)</b>	<b>68.936.680</b>
<b>OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>					
Resultado das operações descontinuadas	12	484.071.230	259.428.039	469.382.215	201.581.340
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>358.793.306</b>	<b>310.251.991</b>	<b>363.933.404</b>	<b>270.518.020</b>
Atribuível a interesses não controladores		13.554.384	26.250.446	3.971.765	13.263.127
<b>Atribuível a acionistas da Portugal Telecom</b>	13	<b>345.238.922</b>	<b>284.001.545</b>	<b>359.961.639</b>	<b>257.254.893</b>
<b>Resultado líquido por ação das operações continuadas</b>					
Básico	13	(0,16)	0,03	(0,13)	0,07
Diluído	13	(0,16)	0,03	(0,13)	0,07
<b>Resultado líquido por ação</b>					
Básico	13	0,40	0,33	0,42	0,30
Diluído	13	0,39	0,32	0,40	0,29

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

**PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL**

SEMESTRES E TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

	Notas	euros			
		1514	1513 Reexpresso	Não auditado	
				2T14	2T13 Reexpresso
<b>Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados</b>		<b>358.793.306</b>	<b>310.251.991</b>	<b>363.933.404</b>	<b>270.518.020</b>
<b>Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio</b>					
<b>Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados</b>					
Ajustamentos de conversão cambial					
Conversão de operações em moeda estrangeira (i)		212.989.979	(217.034.724)	106.166.676	(379.323.918)
Transferências para resultados		(3.784.493)	(3.129.234)	(3.784.493)	(3.129.234)
Contabilidade de cobertura de instrumentos financeiros					
Variações no justo valor		-	978.003	-	469.203
Efeito fiscal		-	(244.501)	-	(117.301)
Participação em montantes reconhecidos por empreendimentos conjuntos		7.183.894	(4.311.256)	(2.282.339)	(2.109.741)
<b>Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados</b>					
Benefícios de reforma					
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos	19	28.349.892	(24.859.327)	19.135	(20.602.303)
Efeito fiscal		(6.520.475)	6.203.517	(4.401)	5.139.261
Outros ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio, líquidos		(8.740.272)	(14.465.228)	(15.346.755)	(1.875.519)
<b>Total de resultados e reservas reconhecidos diretamente no capital próprio</b>		<b>229.478.525</b>	<b>(256.862.750)</b>	<b>84.767.823</b>	<b>(401.549.552)</b>
<b>Total do rendimento integral</b>		<b>588.271.831</b>	<b>53.389.241</b>	<b>448.701.227</b>	<b>(131.031.532)</b>
Atribuível a interesses não controladores		12.336.053	14.239.775	2.626.925	4.530.647
<b>Atribuível aos acionistas da Portugal Telecom</b>		<b>575.935.778</b>	<b>39.149.466</b>	<b>446.074.302</b>	<b>(135.562.179)</b>

(i) Os ganhos registados em 2014 e as perdas registadas em 2013 estão relacionados essencialmente com o impacto da, respetivamente, valorização e desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro nos investimentos no Brasil.

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.



	Notas	30 jun 2014	31 dez 2013
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo corrente</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	22.e	109.694.867	1.658.950.514
Investimentos de curto prazo	15	-	914.128.757
Contas a receber - clientes		-	762.936.473
Contas a receber - outros		4.908	406.451.496
Existências		-	85.872.948
Impostos a recuperar		6.389.925	70.932.459
Custos diferidos		162.899	65.244.104
Outros ativos correntes		-	3.985.415
Ativos não correntes detidos para venda		-	4.653.741
Ativos não correntes detidos para distribuição aos acionistas	16	2.231.489.204	-
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>2.347.741.803</b>	<b>3.973.155.907</b>
<b>Ativo não corrente</b>			
Contas a receber - clientes		-	204.316
Contas a receber - outros		-	1.080.306
Impostos a recuperar		729	24.739
Investimentos em empreendimentos conjuntos	17	-	2.408.246.860
Investimentos em empresas associadas		-	511.316.161
Outros investimentos		6.235	22.243.652
Goodwill	18	-	380.616.265
Ativos intangíveis	18	-	717.703.676
Ativos tangíveis	18	190.404	3.438.479.384
Benefícios de reforma	19	-	1.834.000
Ativos por impostos diferidos	11	1.429.622	564.894.918
Outros ativos não correntes		-	594.998
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>1.626.990</b>	<b>8.047.239.275</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.349.368.793</b>	<b>12.020.395.182</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Dívida de curto prazo	20	75.836	1.491.976.460
Contas a pagar		2.086.654	568.270.540
Acréscimos de custos		19.787.756	534.656.119
Proveitos diferidos		-	246.784.244
Impostos a pagar		6.599.538	80.107.942
Provisões	21	26.913.008	88.789.844
Outros passivos correntes		856.548	13.980.981
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>56.319.340</b>	<b>3.024.566.130</b>
<b>Passivo não corrente</b>			
Dívida de médio e longo prazo	20	70.382	5.879.161.433
Contas a pagar		-	19.470.144
Impostos a pagar		44.325	-
Provisões	21	-	2.271.075
Benefícios de reforma	19	-	960.880.069
Passivos por impostos diferidos	11	1.740.804	243.824.693
Outros passivos não correntes		-	23.406.523
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>1.855.511</b>	<b>7.129.013.937</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>58.174.851</b>	<b>10.153.580.067</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital social		26.895.375	26.895.375
Ações próprias		(178.071.827)	(337.520.916)
Reserva legal		6.773.139	6.773.139
Reserva de ações próprias		185.042.147	6.970.320
Outras reservas e resultados acumulados		2.250.555.108	1.938.201.459
<b>Capital próprio excluindo interesses não controladores</b>		<b>2.291.193.942</b>	<b>1.641.319.377</b>
Interesses não controladores		-	225.495.738
<b>Total do capital próprio</b>		<b>2.291.193.942</b>	<b>1.866.815.115</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>2.349.368.793</b>	<b>12.020.395.182</b>

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2014

	euros							
	Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva de ações próprias	Outras reservas e resultados acumulados	Capital próprio, excluindo interesses não controladores	Interesses não controladores	Total do capital próprio
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>26.895.375</b>	<b>(337.520.916)</b>	<b>6.773.139</b>	<b>6.970.320</b>	<b>2.601.464.678</b>	<b>2.304.582.596</b>	<b>232.674.346</b>	<b>2.537.256.942</b>
Dividendos (Nota 14)	-	-	-	-	(277.884.293)	(277.884.293)	(18.539.676)	(296.423.969)
Aquisições, alienações e aumentos/reduções de capital	-	-	-	-	-	-	(792.784)	(792.784)
Reestruturação societária na Contax	-	-	-	-	13.260.000	13.260.000	-	13.260.000
Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	(244.852.079)	(244.852.079)	(12.010.671)	(256.862.750)
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados (reexpresso)	-	-	-	-	284.001.545	284.001.545	26.250.446	310.251.991
<b>Saldo em 30 de junho de 2013</b>	<b>26.895.375</b>	<b>(337.520.916)</b>	<b>6.773.139</b>	<b>6.970.320</b>	<b>2.375.989.851</b>	<b>2.079.107.769</b>	<b>227.581.661</b>	<b>2.306.689.430</b>

	euros							
	Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva de ações próprias	Outras reservas e resultados acumulados	Capital próprio, excluindo interesses não controladores	Interesses não controladores	Total do capital próprio
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>26.895.375</b>	<b>(337.520.916)</b>	<b>6.773.139</b>	<b>6.970.320</b>	<b>1.938.201.459</b>	<b>1.641.319.377</b>	<b>225.495.738</b>	<b>1.866.815.115</b>
Dividendos (Nota 14)	-	-	-	-	(85.510.302)	(85.510.302)	(101.991)	(85.612.293)
Aquisições, alienações e aumentos/reduções de capital (Nota 1)	-	-	-	-	-	-	(237.729.800)	(237.729.800)
Ações próprias referentes à participação da Empresa no investimento de 10% detido pela Oi na Portugal Telecom (Nota 1)	-	159.449.089	-	-	-	159.449.089	-	159.449.089
Exercício físico de equity swaps sobre ações próprias (Nota 20)	-	-	-	178.071.827	(178.071.827)	-	-	-
Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	230.696.856	230.696.856	(1.218.331)	229.478.525
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados	-	-	-	-	345.238.922	345.238.922	13.554.384	358.793.306
<b>Saldo em 30 de junho de 2014</b>	<b>26.895.375</b>	<b>(178.071.827)</b>	<b>6.773.139</b>	<b>185.042.147</b>	<b>2.250.555.108</b>	<b>2.291.193.942</b>	<b>-</b>	<b>2.291.193.942</b>

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

**PORTUGAL TELECOM SGPS, S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA**

SEMESTRES FINDOS EM 30 JUNHO DE 2014 E 2013

	Notas	1S14	1S13 Reexpresso
<b>euros</b>			
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Pagamentos a fornecedores		(9.652.508)	(2.014.652)
Pagamentos ao pessoal		(14.036.917)	(6.489.462)
Recebimentos (pagamentos) relacionados com o imposto sobre o rendimento		(13.093.678)	1.109.781
Outros recebimentos, líquidos		2.245.949	1.496.422
<b>Fluxos das atividades operacionais de operações continuadas (1)</b>		<b>(34.537.154)</b>	<b>(5.897.911)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Aplicações financeiras de curto prazo	22.a	215.030.606	985.876
Investimentos financeiros		-	62.520
Ativos tangíveis e intangíveis		967.959	13.681
Juros e proveitos similares		13.973.309	8.178.964
Dividendos	22.b	-	58.279.488
		<b>229.971.874</b>	<b>67.520.529</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Aplicações financeiras de curto prazo	22.a	(27.036.351)	(46.899.032)
Investimentos financeiros	22.c	(1.554.545.455)	-
Ativos tangíveis e intangíveis		(53.884)	-
		<b>(1.581.635.690)</b>	<b>(46.899.032)</b>
<b>Fluxos das atividades de investimento de operações continuadas (2)</b>		<b>(1.351.663.816)</b>	<b>20.621.497</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	20	(73.210.079)	-
Juros e custos similares		(525.466)	-
Dividendos	14	(87.587.250)	(284.658.563)
<b>Fluxos das atividades de financiamento de operações continuadas (3)</b>		<b>(161.322.795)</b>	<b>(284.658.563)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.658.950.514	1.988.797.138
Varição de caixa e seus equivalentes das operações continuadas (4)=(1)+(2)+(3)		(1.547.523.765)	(269.934.977)
Varição de caixa e seus equivalentes das operações descontinuadas	22.d	371.576.861	25.185.924
Efeito das diferenças de câmbio		7.688.940	(12.615.958)
Caixa e seus equivalentes das operações descontinuadas em 5 de maio de 2014	1	(380.997.683)	-
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	22.e	<b>109.694.867</b>	<b>1.731.432.127</b>

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

# Portugal Telecom, SGPS, S.A.

## Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2014

(Montantes expressos em euros exceto quando indicado em contrário)

### 1. Introdução

Em 5 de maio de 2014, a Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Portugal Telecom" ou "Empresa") subscreveu 1.045.803.934 ações ordinárias e 1.720.252.731 ações preferenciais emitidas pela Oi, S.A. ("Oi") através da contribuição em espécie dos Ativos PT, definidos como a participação de 100% da Empresa na PT Portugal, SGPS, S.A., a qual àquela data incluía todos os negócios operacionais do Grupo Portugal Telecom com exceção das empresas subsidiárias Bratel BV, Bratel Brasil, S.A., PTB2, S.A. e Marnaz, S.A. e dos investimentos na Oi, Contax e seus acionistas controladores. Em resultado da contribuição para o aumento de capital da Oi:

- A Portugal Telecom aumentou a sua participação efetiva na Oi dos 23,2%, anteriormente detidos pela Bratel Brasil, para uma participação efetiva de 39,7%, detida através de participações diretas no total de 35,8% (32,8% na Portugal Telecom e 3,0% na Bratel Brasil) e de uma participação indireta de 3,9% detida através dos acionistas controladores da Oi;
- Atualmente, a Portugal Telecom detém apenas o investimento na Oi acima referido, participações nos acionistas controladores da Oi (as quais detém essencialmente apenas ações da Oi) e 100% das empresas holding Bratel BV, Bratel Brasil, PTB2 e Marnaz.

Até 5 de maio de 2014, a Portugal Telecom e as suas empresas subsidiárias e empreendimentos conjuntos operavam essencialmente nos setores de telecomunicações e multimédia, em Portugal, no Brasil e em outros países de África e da Ásia.

### Aumento de capital da Oi

Em 1 de outubro de 2013, a Portugal Telecom, a Oi S.A., a AG Telecom Participações S.A. ("AG"), a LF Tel S.A. ("LF"), a Bratel Brasil, a Pasa Participações S.A. ("Pasa"), a EDSP 75 Participações ("EDSP75"), (que conjuntamente com a Telemar Participações S.A. ("Tpart") são denominadas como "Holdings da Oi"), o BES e a Nivalis Holding B.V. ("Ongoing") assinaram um acordo de intenções que define os princípios essenciais para uma proposta de fusão entre a Portugal Telecom, a Oi e as Holdings da Oi (a "Combinação de Negócios"), com vista a constituírem uma única e integrada sociedade cotada brasileira ("CorpCo" ou "Telemar Participações"). A operação de fusão é uma consequência natural da aliança industrial entre a Portugal Telecom e a Oi estabelecida em 2010, criando um operador de telecomunicações líder.

Em 19 de fevereiro de 2014, a Portugal Telecom e a Oi assinaram os instrumentos contratuais definitivos relacionados com a Combinação de Negócios entre as partes. Estes documentos definem e regulam as etapas necessárias para a conclusão desta Combinação de Negócios, que incluem as principais transações descritas abaixo, algumas das quais já foram concluídas e outras se espera que sejam concluídas no segundo semestre de 2014:

- Em 5 de maio de 2014, a Oi concretizou um aumento de capital com a emissão total de 2.142.279.524 ações ordinárias ao preço de 2,17 Reais por ação e 4.284.559.049 ações preferenciais ao preço de 2,00 Reais por ação, e, nessa mesma data, o Banco BTG Pactual S.A. (Banco Pactual), na qualidade de Agente Estabilizador da Oferta Pública e nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, exerceu parcialmente a opção de colocar mais 120.265.046 ações ordinárias e 240.530.092 ações preferenciais de emissão pela Oi; o montante total do aumento de capital, incluindo a opção exercida pelo Banco Pactual, ascendeu a 13.960 milhões de reais brasileiros, composto por (1) 5.710 milhões de reais brasileiros (1.750 milhões de euros ao câmbio de 21 de fevereiro de 2014) em ativos contribuídos pela Portugal Telecom tendo por base a avaliação dos

Ativos PT (como definido abaixo) realizada pelo Banco Santander (Brasil), S.A., tendo a Portugal Telecom subscrito 1.045.803.934 ações ordinárias e 1.720.252.731 ações preferenciais emitidas pela Oi, e (2) 8.250 milhões de reais brasileiros em dinheiro obtido de outros investidores, os quais subscreveram as remanescentes 1.216.740.636 ações ordinárias e 2.804.836.410 ações preferenciais emitidas pela Oi; a participação da Portugal Telecom no aumento de capital da Oi, através da contribuição dos ativos que representam todos os ativos operacionais direta ou indiretamente detidos pelo Grupo Portugal Telecom e as correspondentes responsabilidades, com exceção das ações da Oi, da Contax Participações SA e da Bratel BV ("Ativos PT"), pelo valor de 5.710 milhões de reais brasileiros (1.750 milhões de euros), foi aprovada por uma maioria de 99,87% dos votos presentes em Assembleia Geral de acionistas da Portugal Telecom realizada em 27 de março de 2014.

- Em 5 de maio de 2014, a Portugal Telecom, através das suas subsidiárias Bratel Brasil e PTB2, subscreveu 4.788 milhões de reais brasileiros (1.555 milhões de euros ao câmbio de 5 de maio de 2014) de obrigações convertíveis em ações de determinadas empresas que controlam direta ou indiretamente a AG e a LF, montante que no final foi utilizado pela AG e pela LF para reembolsar a sua dívida e para subscrever obrigações convertíveis a serem emitidas pela Telemar Participações, a qual, por sua vez, também utilizou esses recursos para reembolsar a sua própria dívida; também em 5 de maio de 2014, a Portugal Telecom trocou as suas participações na CTX e na Contax por uma participação adicional nas empresas que controlam direta ou indiretamente a AG e a LF, as quais nessa data detinham apenas ações da Oi e da Telemar Participações; em resultado destas transações, a Portugal Telecom aumentou a participação económica na AG e na LF de 35% para 85,1% e na Telemar Participações de 25,6% para 68,4%, tendo desta forma obtido indiretamente uma participação adicional na Oi de 2,4%.
- Pendente da aprovação dos titulares de ações ordinárias da Oi e da Telemar Participações, as ações da Oi não detidas pela Telemar Participações serão trocadas por ações ordinárias da Telemar Participações e a Oi tornar-se-á uma subsidiária integral da Telemar Participações.

O Grupo Portugal Telecom, no âmbito do aumento de capital da Oi acima referido, realizou previamente um conjunto de transações de reestruturação interna com o objetivo de concentrar todos os seus ativos operacionais e respetivos passivos com exceção dos investimentos na Oi e na Contax ("Ativos PT") na PT Portugal, uma empresa anteriormente detida integralmente pela Portugal Telecom. Esta reestruturação interna envolveu apenas entidades sob controlo comum e, como tal, não foram apurados quaisquer ganhos ou perdas nestas demonstrações financeiras consolidadas. Anteriormente ao aumento de capital da Oi, foram realizadas as seguintes principais transações societárias no âmbito desta reestruturação interna:

- Em 31 de março de 2014, a Portugal Telecom vendeu à PT Portugal, pelos montantes de 1,5 milhões de euros e 4,7 milhões de euros, as participações de 100% na PT Centro Corporativo e na Portugal Telecom Investimentos, respetivamente.
- Em 30 de abril de 2014, a PT Móveis, SGPS, S.A. ("PT Móveis") subscreveu um aumento de capital na Bratel BV no montante de aproximadamente 1.303 milhões de euros, o qual, juntamente com caixa e equivalentes que a Bratel Brasil já detinha anteriormente, foi utilizado, depois da aquisição da Bratel BV, para subscrever 4.788 milhões de reais brasileiros (1.555 milhões de euros) de obrigações convertíveis em ações de determinadas empresas que controlam direta ou indiretamente a AG e a LF, conforme referido acima.
- Em 2 de maio de 2014, a PT Móveis, uma empresa detida a 100% indiretamente pela PT Portugal, alienou à Portugal Telecom, por um montante total de 4.195 milhões de euros, a sua participação de 100% na Bratel BV, a empresa que detinha indiretamente através da Bratel Brasil o investimento na Oi, uma vez que este investimento não fazia parte dos ativos líquidos a serem transferidos para a Oi no aumento de capital.
- Em 2 de maio de 2014, a Portugal Telecom alienou à PT Móveis, por um montante total de 1.590 milhões de euros, a sua participação de 100% na PT Participações, SGPS, S.A., a empresa que detinha indiretamente a participação de 75% do Grupo na Africatel Holdings BV.

- Em 5 de maio de 2014, a Portugal Telecom alienou à PT Portugal, por um montante total de 255 milhões de euros, a sua participação de 100% na PT Finance.
- Em 5 de maio de 2014, a Portugal Telecom transferiu para a PT Portugal a maioria dos seus financiamentos em dívida pelos respetivos valores nominais, uma vez que esses financiamentos foram incluídos na avaliação da PT Portugal para efeitos do aumento de capital da Oi.

Em 5 de maio de 2014, no seguimento da conclusão da reestruturação interna, a Portugal Telecom participou no aumento de capital da Oi através da contribuição em espécie da participação de 100% que detinha na PT Portugal, a qual àquela data detinha apenas os Ativos PT, uma vez que os investimentos em empreendimentos conjuntos (Oi, Telemar Participações, AG e LF) eram detidos diretamente pela Bratel Brasil e PTB2, ambas detidas integralmente pela Bratel BV, a qual por sua vez era integralmente detida pela Portugal Telecom. Para além dos investimentos em empreendimentos conjuntos, outros ativos e passivos da Portugal Telecom não foram transferidos para a PT Portugal como parte dos Ativos PT e como tal continuaram a ser consolidados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom, incluindo essencialmente os dividendos a pagar aos seus acionistas, o financiamento associado ao contrato de equity swap sobre ações próprias, determinadas obrigações fiscais e determinados acréscimos de custos bem como os montantes de disponibilidades necessários para liquidar essas responsabilidades e outros custos que se espera vir a incorrer. Adicionalmente, como a Portugal Telecom deixou de controlar os Ativos PT a partir de 5 de maio de 2014, os respetivos ganhos e perdas até a esta data foram apresentados como resultados de operações descontinuadas, motivo pelo qual a demonstração consolidada dos resultados e dos fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de junho de 2013 foi reexpressa (Nota 3).

No seguimento do aumento do capital acima mencionado e da opção exercida pelo Banco Pactual, a Portugal Telecom passou a deter uma participação efetiva de 39,7% no capital social emitido e em circulação da Oi, incluindo (1) uma participação de 35,8% detida diretamente na Oi através da Portugal Telecom (32,8%) e da Bratel Brasil (3,0%), e (2) uma participação de 3,9% detida indiretamente através das ações da Oi detidas pela Telemar Participações, AG e LF. Adicionalmente, a PT Portugal passou a ser uma subsidiária integral da Oi também em resultado do aumento de capital da Oi.

A Portugal Telecom registou um ganho de aproximadamente 701 milhões de euros (Nota 12) no âmbito do aumento de capital da Oi, o qual reflete essencialmente (1) a diferença entre o justo valor das ações obtidas no aumento de capital da Oi e o valor contabilístico dos Ativos PT (negativo em 2.676 milhões de euros), parcialmente compensada pelo (2) efeito de diluição no investimento anteriormente detido na Oi através da Bratel Brasil e pelo efeito de remensuração do anterior investimento na Oi para o justo valor, uma vez que a partir de 5 de maio de 2014 este investimento se encontra classificado de acordo com a IFRS 5 (Nota 3). O detalhe do ganho total registado no âmbito do aumento de capital é como segue:

	<b>milhões de euros</b>
<b>Justo valor das ações obtidas no aumento de capital da Oi (i)</b>	<b>1.854</b>
<b>Menos: valor dos activos líquidos contribuídos para o aumento de capital da Oi (ii)</b>	<b>(2.676)</b>
<b>Mais: Remensuração do anterior investimento na Oi ao valor de mercado, e outros efeitos (iii)</b>	<b>(3.829)</b>
<b>Ganho total (Nota 12) (iv)</b>	<b>701</b>

(i) Esta rubrica corresponde ao justo valor das ações obtidas pela Portugal Telecom no aumento de capital da Oi de 5 de maio de 2014, com base no preço dessas ações (2,17 reais por ação ordinária e 2,00 reais por ação preferencial), no montante de 5.710 milhões de reais brasileiros, equivalentes a 1.854 milhões de euros à taxa de câmbio daquela data.

(ii) Em 5 de maio de 2014, o valor contabilístico dos activos líquidos contribuídos no aumento de capital da Oi era negativo em 2.676 milhões de euros, cujo detalhe se encontra apresentado abaixo. Deve ser mencionado que este montante reflete aproximadamente o total do capital próprio atribuível aos acionistas controladores da Empresa antes desta transação, deduzido do valor contabilístico do investimento na Oi, na Contax e nos seus acionistas controladores, do montante de 1.555 milhões de euros que foi utilizado pela Bratel Brasil e pela PTB2 para subscrever as obrigações convertíveis acima mencionadas, de forma a obter ações adicionais dos acionistas controladores da AG e LF e indiretamente da Oi, e de ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais.

(iii) Conforme referido acima, esta rubrica reflete o efeito de diluição sobre o anterior investimento na Oi detido através da Bratel Brasil e o impacto de remensurar esse mesmo investimento do método de equivalência patrimonial para o justo valor com base no preço das ações da Oi no aumento de capital (2,17 reais por

ação ordinária e 2,00 reais por ação preferencial), ajustado por um montante de 159 milhões de euros referente à participação da Empresa no investimento de 10% detido pela Oi na Portugal Telecom que se encontrava classificado como ações próprias na Demonstração Consolidada da Posição Financeira. No seguimento do aumento de capital, o justo valor do investimento total na Oi, incluindo as participações detidas direta e indiretamente, ascendia a 2.244 milhões de euros (6.914 milhões de reais brasileiros) em 5 de maio de 2014.

- (iv) Esta rubrica representa (1) o ganho atribuível à diferença entre o justo valor das ações obtidas (valor positivo de 1.854 milhões de euros, conforme referido acima) e o valor contabilístico dos ativos líquidos contribuídos (valor negativo de 2.676 milhões de euros, conforme detalhe abaixo) no aumento de capital da Oi, (2) deduzido dos efeitos negativos relativos à remensuração do anterior investimento para justo valor, o qual é menor que o valor contabilístico, do efeito diluição sobre esse mesmo investimento anterior. Adicionalmente, em resultado do aumento de capital, a Portugal Telecom desreconheceu ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais no montante de 208 milhões de euros (Nota 11) em resultado da descontinuação dos negócios em Portugal que suportavam esses mesmos prejuízos fiscais, resultando deste modo num ganho total líquido de 493 milhões de euros em 5 de maio de 2014 relacionado diretamente com o aumento de capital da Oi.

A tabela abaixo apresenta o detalhe do valor contabilístico dos Ativos PT em 5 de maio de 2014, data a partir da qual esses ativos deixaram de ser consolidados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom:

	milhões de euros
<b>ATIVO</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	381
Investimentos de curto prazo	904
Contas a receber	1.375
Existências	93
Custos diferidos	69
Investimentos financeiros	438
Ativos intangíveis	1.088
Ativos tangíveis	3.345
Benefícios de reforma	2
Impostos diferidos	341
Outros ativos	95
<b>Total do ativo</b>	<b>8.130</b>
<b>PASSIVOS</b>	
Dívida bruta	8.051
Benefícios de reforma	873
Impostos diferidos	229
Contas a pagar	549
Acréscimos de custos	484
Proveitos diferidos	207
Impostos a pagar	95
Provisões	54
Outros passivos	26
<b>Total do passivo</b>	<b>10.569</b>
Interesses não controladores	238
<b>Ativos (Líquidos) PT</b>	<b>(2.676)</b>

Os investimentos de curto prazo em 5 de maio de 2014 na tabela acima incluem um montante total de 897 milhões de euros relativo a papel comercial emitido pela Rio Forte Investments, S.A. ("Rioforte", uma empresa holding do Grupo Espírito Santo com sede no Luxemburgo essencialmente para os seus serviços não financeiros), o qual foi contribuído no aumento de capital da Oi como parte dos Ativos PT. A composição do montante em dívida em 5 de maio de 2014 é como segue:

- 200 milhões de euros subscritos pela Portugal Telecom em 15 de abril de 2014 e transferidos para a PT Portugal em 5 de maio de 2014, cuja maturidade ocorria em 15 de julho de 2014;
- 647 milhões de euros subscritos pela PT Finance em 15 de abril de 2014, cuja maturidade ocorria em 15 de julho de 2014;
- 50 milhões de euros subscritos pela PT Finance em 17 de abril de 2014, cuja maturidade ocorria em 17 de julho de 2014.

O papel comercial acima mencionado não foi reembolsado pela Rioforte nas respetivas datas de maturidade, tendo a RioForte solicitado recentemente a adoção do regime de gestão controlada de acordo com a legislação do Luxemburgo, uma vez que entende não ter capacidade financeira para cumprir com os seus compromissos financeiros. No seguimento deste incumprimento por parte da Rioforte, a Portugal Telecom e a Oi chegaram a um acordo para a troca das aplicações na Rioforte no montante de 897 milhões de euros por uma participação de 16,9% do capital social da Oi, representada por 474.348.720 ações ordinárias da Oi e 948.697.440 ações preferenciais da Oi. A execução deste acordo está sujeita à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas da Portugal Telecom, do Conselho de Administração da Oi e da Comissão de Valores Mobiliários no Brasil, conforme explicado em maior detalhe na Nota 24.

Em complemento dos ativos e passivos incluídos na tabela acima que foram contribuídos no aumento de capital da Oi, e uma vez que a fusão da Portugal Telecom na CorpCo já não é expectável ocorrer no curto prazo como anteriormente previsto, a Portugal Telecom e a Oi estão a finalizar um acordo para a transferência para a Oi de determinados passivos registados na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom juntamente com os montantes de equivalentes de caixa necessários para a liquidação desses mesmos passivos, os quais incluem acréscimos de custos e responsabilidades com a administração e provisões para contingências fiscais relativas a antigas subsidiárias da Portugal Telecom, no montante total de aproximadamente 28 milhões de euros.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para publicação em 28 de agosto de 2014.

## 2. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas intercalares foram apresentadas de acordo com a norma IAS 34 Relato Financeiro Intercalar ("IAS 34"). Consequentemente, estas demonstrações financeiras não incluem toda a informação requerida pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") conforme adotadas pela União Europeia, pelo que devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Adicionalmente, são divulgadas no relatório de gestão intercalar explicações complementares sobre as principais variações nos proveitos e custos, pelo que estas demonstrações financeiras consolidadas intercalares deverão ser lidas em conjunto com esse relatório de gestão.

Conforme referido na Nota 1, após 5 de maio de 2014, a Portugal Telecom deixou de consolidar integralmente a maioria dos negócios que detinha anteriormente a essa data, os quais foram contribuídos no aumento de capital da Oi. As receitas, custos e fluxos de caixa destes negócios até àquela data foram apresentados em rubricas de operações descontinuadas, motivo pelo qual as Demonstrações Consolidadas dos Resultados e dos Fluxos de Caixa para o semestre findo em 30 de junho de 2013 foram reexpressas (Nota 3).

## 3. Alterações de políticas contabilísticas

Conforme referido no relatório anual de 2013, no quarto trimestre de 2013, a Portugal Telecom adotou antecipadamente o conjunto de 5 normas emitidas pelo IASB em maio de 2011 (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e versões revistas da IAS 27 e IAS 28), embora a sua aplicação na União Europeia fosse obrigatória apenas a partir de 1 de janeiro de 2014. Os impactos da adoção da IFRS 11 consistiram em reconhecer os investimentos em empreendimentos conjuntos pelo método da equivalência patrimonial, aplicável fundamentalmente à Oi, Contax e seus acionistas controladores, os quais anteriormente à adoção desta norma eram consolidados pelo método da consolidação proporcional, conforme era permitido pela IAS 31, norma que foi substituída pela IFRS 11.



Em resultado da adoção da IFRS 11 pela primeira vez no quarto trimestre de 2013, a Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2013 apresentada pela Empresa no ultimo relatório anual já reflete os impactos da adoção deste normativo, mas a Demonstração Consolidada dos Resultados e dos Fluxos de Caixa para o semestre findo em 30 de junho de 2013 apresentadas no respetivo relatório intercalar de 2013 não refletiam ainda os impactos da adoção da IFRS 11, pelo que foram reexpressas em conformidade.

Além da adoção da IFRS 11, a Empresa também reexpressou as Demonstrações Consolidadas dos Resultados e dos Fluxos de Caixa para os semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2013 pela apresentação das receitas, custos e fluxos de caixa dos negócios contribuídos no aumento de capital da Oi em rubricas de operações descontinuadas.

Os impactos da reexpressão (devido à adoção da IFRS 11 e à descontinuação dos negócios incluídos nos Ativos PT) das Demonstrações Consolidadas dos Resultados e dos Fluxos de Caixa para os semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2013 são como segue:

<b>Demonstração Consolidada dos Resultados para o semestre findo em 30 de junho de 2013</b>					<b>euros</b>
	<b>Demonstração antes dos efeitos da reexpressão</b>	<b>Adoção da IFRS 11</b>	<b>Operações descontinuadas</b>	<b>Demonstração reexpressa</b>	
<b>Receitas totais</b>	<b>3.092.412.397</b>	<b>(1.639.989.841)</b>	<b>(1.452.422.556)</b>		<b>-</b>
<b>Custos, perdas e (ganhos)</b>					
Custos com o pessoal	516.652.228	(309.371.100)	(201.285.703)		5.995.425
Custos diretos dos serviços prestados	534.695.186	(306.225.500)	(228.469.686)		-
Custos comerciais	266.874.420	(124.906.449)	(141.949.511)		18.460
Fornecimentos, serviços externos e outras despesas	584.557.493	(330.289.396)	(252.458.567)		1.809.530
Impostos indiretos	113.826.049	(91.443.443)	(21.561.113)		821.493
Provisões e ajustamentos	59.000.482	(46.857.408)	(12.941.666)		(798.592)
Amortizações e depreciações	685.447.829	(319.254.146)	(366.067.457)		126.226
Custos com benefícios de reforma	24.834.703	(3.634.572)	(21.200.131)		-
Custos com redução de efetivos	128.216.954	-	(128.216.954)		-
Perdas (ganhos) com a alienação de ativos fixos, líquidos	(1.110.090)	(519.073)	1.610.882		(18.281)
Outros custos (ganhos) operacionais, líquidos	(80.596.223)	(5.235.729)	(40.167.069)		(125.999.021)
<b>Resultado antes de resultados financeiros e impostos</b>	<b>260.013.366</b>	<b>(102.253.025)</b>	<b>(39.715.581)</b>		<b>118.044.760</b>
Juros suportados, líquidos	292.641.115	(164.355.836)	(136.393.061)		(8.107.782)
Perdas em empreendimentos conjuntos	-	58.429.563	1.070.940		59.500.503
Ganhos em empresas participadas, líquidos	(375.919.695)	(73.002)	375.992.697		-
Outros custos financeiros, líquidos	41.574.243	(17.045.672)	(13.035.279)		11.493.292
Imposto sobre o rendimento	(4.638.314)	16.895.948	(7.922.839)		4.334.795
<b>Resultado líquido das operações continuadas</b>	<b>306.356.017</b>	<b>3.895.974</b>	<b>(259.428.039)</b>		<b>50.823.952</b>
Resultado das operações descontinuadas	-	-	259.428.039		259.428.039
<b>Resultado líquido</b>	<b>306.356.017</b>	<b>3.895.974</b>	<b>-</b>		<b>310.251.991</b>
Atribuível a interesses não-controladores	22.354.472	3.895.974	-		26.250.446
<b>Atribuível a acionistas da Portugal Telecom</b>	<b>284.001.545</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		<b>284.001.545</b>
<b>Resultado líquido por ação atribuível a acionistas da Portugal Telecom</b>					
Básico	0,33	-	-		0,33
Diluído	0,32	-	-		0,32

Demonstração Consolidada dos Resultados para o trimestre findo em 30 de junho de 2013				euros
	Demonstração antes dos efeitos da reexpressão	Adoção da IFRS 11	Operações descontinuadas	Demonstração reexpressa
<b>Receitas totais</b>	<b>1.539.820.813</b>	<b>(805.033.658)</b>	<b>(734.787.155)</b>	-
<b>Custos, perdas e (ganhos)</b>				
Custos com o pessoal	268.410.310	(169.952.896)	(95.709.580)	2.747.834
Custos diretos dos serviços prestados	268.512.918	(154.477.077)	(114.035.841)	-
Custos comerciais	144.649.473	(66.568.929)	(78.069.584)	10.960
Fornecimentos, serviços externos e outras despesas	284.985.837	(154.644.946)	(129.478.848)	862.043
Impostos indiretos	55.258.775	(44.423.992)	(10.327.273)	507.510
Provisões e ajustamentos	27.448.739	(20.389.692)	(7.057.997)	1.050
Amortizações e depreciações	345.091.016	(160.815.624)	(184.212.196)	63.196
Custos com benefícios de reforma	12.311.775	(1.796.635)	(10.515.140)	-
Custos com redução de efetivos	127.573.061	-	(127.573.061)	-
Perdas (ganhos) com a alienação de ativos fixos, líquidos	(745.033)	34.474	697.001	(13.558)
Outros custos (ganhos) operacionais, líquidos	(59.451.658)	(2.126.900)	(64.450.716)	(126.029.274)
<b>Resultado antes de resultados financeiros e impostos</b>	<b>65.775.600</b>	<b>(29.871.441)</b>	<b>85.946.080</b>	<b>121.850.239</b>
Juros suportados, líquidos	146.966.867	(83.023.332)	(68.605.889)	(4.662.354)
Perdas em empreendimentos conjuntos	-	42.093.374	424.361	42.517.735
Ganhos em empresas participadas, líquidos	(335.857.358)	317.514	335.539.844	-
Outros custos financeiros, líquidos	24.013.122	(7.135.874)	89.100	16.966.348
Imposto sobre o rendimento	(36.930.625)	14.942.451	20.080.004	(1.908.170)
<b>Resultado líquido das operações continuadas</b>	<b>267.583.594</b>	<b>2.934.426</b>	<b>(201.581.340)</b>	<b>68.936.680</b>
Resultado das operações descontinuadas	-	-	201.581.340	201.581.340
<b>Resultado líquido</b>	<b>267.583.594</b>	<b>2.934.426</b>	<b>-</b>	<b>270.518.020</b>
Atribuível a interesses não-controladores	10.328.701	2.934.426	-	13.263.127
<b>Atribuível a acionistas da Portugal Telecom</b>	<b>257.254.893</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>257.254.893</b>
<b>Resultado líquido por ação atribuível a acionistas da Portugal Telecom</b>				
Básico	0,30	-	-	0,30
Diluído	0,29	-	-	0,29

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa para o semestre findo em 30 de junho de 2013				euros
	Demonstração antes dos efeitos	Adoção da IFRS 11	Operações descontinuadas	Demonstração reexpressa
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Recebimentos de clientes	3.740.625.945	(2.069.364.748)	(1.671.261.197)	-
Pagamentos a fornecedores	(1.609.201.289)	817.866.170	789.320.467	(2.014.652)
Pagamentos ao pessoal	(553.816.162)	329.414.232	217.912.468	(6.489.462)
Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento	(59.184.795)	35.638.602	24.655.974	1.109.781
Pagamentos relacionados com benefícios de reforma, líquidos	(90.050.855)	10.532.475	79.518.380	-
Pagamentos relativos a impostos indiretos, taxas e outros	(748.619.505)	634.666.625	115.449.302	1.496.422
<b>Fluxos das atividades operacionais de operações continuadas (1)</b>	<b>679.753.339</b>	<b>(241.246.644)</b>	<b>(444.404.606)</b>	<b>(5.897.911)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Aplicações financeiras de curto prazo	(87.294.929)	(199.000.138)	240.381.911	(45.913.156)
Juros e proveitos similares	64.120.695	(13.880.047)	(42.061.684)	8.178.964
Dividendos	25.803.057	59.488.683	(27.012.252)	58.279.488
Investimentos financeiros	326.474.618	3.741.648	(330.153.746)	62.520
Ativos tangíveis e intangíveis	(739.056.147)	389.075.262	349.994.566	13.681
Outras atividades de investimento	1.037.765	(1.506.304)	468.539	-
<b>Fluxos das atividades de investimento de operações continuadas (2)</b>	<b>(408.914.941)</b>	<b>237.919.104</b>	<b>191.617.334</b>	<b>20.621.497</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Empréstimos obtidos	1.554.191.930	7.887.134.334	(9.441.326.264)	-
Empréstimos reembolsados	(1.544.170.635)	(7.864.556.572)	9.408.727.207	-
Juros e custos similares	(366.590.514)	123.823.261	242.767.253	-
Dividendos	(31.454.823)	8.852.426	17.943.834	(284.658.563)
Outras atividades de financiamento	(27.744.892)	28.255.574	(510.682)	-
<b>Fluxos das atividades de financiamento de operações continuadas (3)</b>	<b>(695.768.934)</b>	<b>183.509.023</b>	<b>227.601.348</b>	<b>(284.658.563)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.507.099.156	(518.302.018)	-	1.988.797.138
Varição de caixa e seus equivalentes das operações continuadas (4)=(1)+(2)+(3)	(424.930.536)	180.181.483	(25.185.924)	(269.934.977)
Varição de caixa e seus equivalentes das operações descontinuadas	-	-	25.185.924	25.185.924
Efeito das diferenças de câmbio	(30.604.738)	17.988.781	(1)	(12.615.958)
Caixa e seus equivalentes de ativos não correntes detidos para venda	(27.302.435)	27.302.435	-	-
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>2.024.261.447</b>	<b>(292.829.319)</b>	<b>-</b>	<b>1.731.432.127</b>

Além das alterações de políticas contabilísticas acima referidas, no seguimento do aumento de capital da Oi em 5 de maio de 2014, a Portugal Telecom alterou o critério de reconhecimento do investimento na Oi do método de equivalência patrimonial para um ativo não corrente detido para distribuição aos acionistas, de acordo com o previsto na IFRS 5 (Nota 16), e consequentemente mensurou este investimento ao justo valor com base no preço de mercado das ações da Oi, uma vez que o

mesmo é menor que o anterior valor contabilístico do investimento. Qualquer futura distribuição estará sujeita à aprovação formal por parte do Conselho de Administração da Portugal Telecom, dos acionistas da Portugal Telecom em assembleia geral de acionistas a agendar para esse efeito, entre outras condições. Relativamente ao reconhecimento das alterações no justo valor deste investimento, conforme mencionado abaixo, alterações atribuíveis à valorização ou desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro são registadas diretamente na Demonstração do Rendimento Integral como ajustamentos de conversão cambial, sendo as restantes alterações nesse justo valor registadas na Demonstração dos Resultados.

#### 4. Taxas de câmbio utilizadas na conversão de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os ativos e passivos expressos nas principais moedas estrangeiras foram convertidos para euros com base nas seguintes taxas de câmbio relativamente ao Euro:

Moeda	30 jun 2014	31 dez 2013
Dólar dos EUA	1,3658	1,3791
Real do Brasil	3,0002	3,2576

Nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013, as demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa de empresas subsidiárias, associadas e conjuntamente controladas expressas em moeda estrangeira foram convertidas para euros com base nas seguintes taxas de câmbio médias:

Moeda	1S14	1S13
Dólar dos EUA	1,3703	1,3134
Real do Brasil	3,1499	2,6683

#### 5. Custos com o pessoal

Nos semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	1S14	1S13	2T14	2T13
				euros
Remunerações fixas e variáveis	5.001.400	5.622.477	2.227.862	2.581.608
Encargos sociais	1.443.253	296.537	1.092.029	119.099
Cuidados de saúde com empregados no ativo	24.172	24.538	3.194	5.626
Formação	15.759	1.447	3.394	1.422
Outros	38.672	50.426	13.866	40.079
	<b>6.523.256</b>	<b>5.995.425</b>	<b>3.340.345</b>	<b>2.747.834</b>

## 6. Fornecimentos, serviços externos e outras despesas

Nos semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	1S14	1S13	2T14	euros 2T13
Trabalhos especializados	3.566.051	1.207.990	2.975.968	533.215
Serviços de suporte	11.031	14.581	4.316	9.533
Seguros	231.169	257.058	115.627	127.638
Locação operacional	176.506	9.825	176.506	4.491
Outros	417.680	320.076	153.743	187.166
	<b>4.402.437</b>	<b>1.809.530</b>	<b>3.426.160</b>	<b>862.043</b>

O aumento nos custos durante o segundo trimestre de 2014 reflete essencialmente determinados honorários de consultoria e assessoria legal incorridos no âmbito da operação de concentração empresarial entre a Portugal Telecom e a Oi.

## 7. Impostos indiretos

Nos semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	1S14	1S13	2T14	euros 2T13
Imposto sobre o valor acrescentado	1.703.534	727.918	1.122.285	450.217
Outros	58.912	93.575	170	57.293
	<b>1.762.446</b>	<b>821.493</b>	<b>1.122.455</b>	<b>507.510</b>

## 8. Outros ganhos, líquidos

Nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013, os outros ganhos ascenderam a 922.237 euros e 125.999.021 euros, respetivamente. No semestre findo em 30 de junho de 2013, esta rubrica inclui um ganho decorrente da liquidação de obrigações contratuais relacionadas com a aquisição do investimento na Oi em 2011 por um montante menor do que o passivo inicialmente reconhecido.

## 9. Juros obtidos, líquidos

Nos semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	1S14	1S13	2T14	euros 2T13
<b>Juros suportados</b>				
Relacionados com empréstimos obtidos e instrumentos financeiros	525.466	1.155.415	150.445	580.899
<b>Juros obtidos</b>				
Relacionados com caixa e equivalentes de caixa	(10.614.745)	(8.611.662)	(3.819.137)	(4.833.369)
Outros	(368.682)	(651.535)	-	(409.884)
	<b>(10.457.961)</b>	<b>(8.107.782)</b>	<b>(3.668.692)</b>	<b>(4.662.354)</b>

## 10. Outras despesas financeiras, líquidas

Nos semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros			
	1S14	1S13	2T14	2T13
Comissões e outros serviços bancários	9.913.891	12.682.394	3.395.917	6.577.493
Outros (i)	8.636.866	2.812.849	9.365.943	2.490.035
	<b>18.550.757</b>	<b>15.495.243</b>	<b>12.761.860</b>	<b>9.067.528</b>

(i) No trimestre findo em 30 de junho de 2014, esta rubrica inclui despesas financeiras incorridas no âmbito da operação de concentração empresarial com a Oi, nomeadamente impostos financeiros (IOF) pagos no Brasil devido à transferência de fundos de Portugal.

## 11. Impostos

Nos semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros			
	1S14	1S13	2T14	2T13
Imposto corrente	(6.390.526)	2.918.508	(4.312.240)	(2.487.492)
Imposto diferido	1.918.252	1.416.287	1.148.653	579.322
	<b>(4.472.274)</b>	<b>4.334.795</b>	<b>(3.163.587)</b>	<b>(1.908.170)</b>

A composição dos ativos e passivos por impostos diferidos em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é como segue:

	euros	
	30 jun 2014	31 dez 2013
Ativos por impostos diferidos		
Benefícios de reforma	-	288.222.361
Prejuízos fiscais reportáveis	-	208.913.360
Provisões e ajustamentos	-	56.620.020
Outros	1.429.622	11.139.177
	<b>1.429.622</b>	<b>564.894.918</b>
Passivos por impostos diferidos		
Reavaliação de ativos fixos	-	148.113.148
Instrumentos financeiros	-	13.143.452
Outros	1.740.804	82.568.093
	<b>1.740.804</b>	<b>243.824.693</b>

A redução no total dos ativos por impostos diferidos reflete essencialmente os impostos diferidos ativos das operações descontinuadas em 5 de maio de 2014 (341 milhões de euros), os quais deixaram de ser consolidados a partir dessa data, e o desreconhecimento de ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais (208 milhões de euros). Estes ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais encontravam-se registados na Portugal Telecom no âmbito do regime especial de tributação dos grupos de sociedades. Este desreconhecimento foi refletido como parte dos resultados das operações descontinuadas uma vez que esses prejuízos fiscais deixaram de ser recuperáveis no seguimento da descontinuação dos negócios em Portugal que suportavam o grupo de consolidação fiscal.

A redução no total dos passivos por impostos diferidos reflete essencialmente os passivos por impostos diferidos das operações descontinuadas em 5 de maio de 2014 (229 milhões de euros), os quais deixaram de ser consolidados a partir dessa data, e a reversão de um passivo por imposto diferido de 13 milhões de euros registado na Portugal Telecom e correspondente ao efeito fiscal sobre a opção de conversão do empréstimo convertível que também foi contribuído no aumento de capital da Oi.

## 12. Operações descontinuadas

Conforme mencionado na Nota 1, em 5 de maio de 2014 a Portugal Telecom contribuiu com a maioria dos seus negócios no aumento de capital da Oi. Consequentemente, as receitas e custos destes negócios no período entre 1 de janeiro e 5 de maio de 2014 e nos semestre e trimestre findos em 30 de junho de 2013 foram apresentados na rubrica "Resultado das operações descontinuadas". Adicionalmente, esta rubrica inclui um ganho registado no âmbito da contribuição destes negócios no aumento de capital da Oi, conforme explicado na Nota 1. A composição desta rubrica é como segue:

	euros			
	1S14	1S13	2T14	2T13
Ganho líquido registado no âmbito da contribuição dos Ativos PT para o aumento de capital da Oi em troca de uma participação adicional na Oi (Nota 1)	701.378.600	-	701.378.600	-
Resultado líquido antes de interesses não controladores dos negócios contribuídos para o aumento de capital da Oi (i)	(217.307.370)	259.428.039	(231.996.385)	201.581.340
<b>Resultado líquido das operações descontinuadas</b>	<b>484.071.230</b>	<b>259.428.039</b>	<b>469.382.215</b>	<b>201.581.340</b>

(i) Esta rubrica corresponde ao resultado líquido antes de interesses não controladores dos negócios contribuídos no aumento de capital da Oi no período entre 1 de janeiro e 5 de maio de 2014 e no semestre findo em 30 de junho de 2013. A composição desta rubrica é apresentada na tabela abaixo.

A composição do resultado líquido antes de interesses não controladores dos negócios contribuídos no aumento de capital da Oi nos períodos entre 1 de janeiro e 5 de maio de 2014, 1 de abril e 5 de maio de 2014 e no semestre e trimestre findos em 30 de junho de 2013 é como segue:

	euros			
	1S14	1S13	2T14	2T13
Receitas operacionais	945.500.482	1.452.422.556	255.523.736	734.787.156
Custos operacionais	834.880.672	1.412.706.975	237.938.405	820.733.235
<b>Resultado antes de resultados financeiros e impostos</b>	<b>110.619.810</b>	<b>39.715.581</b>	<b>17.585.331</b>	<b>(85.946.079)</b>
Ganhos (perdas) financeiros (i)	(73.051.332)	227.635.297	(12.018.418)	267.447.415
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>37.568.478</b>	<b>267.350.878</b>	<b>5.566.913</b>	<b>181.501.336</b>
Imposto sobre o rendimento (ii)	(254.875.848)	(7.922.839)	(237.563.298)	20.080.004
<b>Resultado líquido antes de interesses não controladores dos negócios contribuídos para o aumento de capital da Oi</b>	<b>(217.307.370)</b>	<b>259.428.039</b>	<b>(231.996.385)</b>	<b>201.581.340</b>

(i) No trimestre findo em 30 de junho de 2013, esta rubrica inclui um ganho de 310 milhões de euros relacionado com a alienação do investimento na CTM.

(ii) No trimestre findo em 30 de junho de 2014, conforme mencionado na Nota 11, esta rubrica inclui uma perda pelo desreconhecimento de ativos por impostos diferidos referentes a prejuízos fiscais, no montante de 208 milhões de euros.

## 13. Resultados por ação

Os resultados por ação nos semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013 foram calculados da seguinte forma:

	euros				
	1S14	1S13	2T14	2T13	
Resultado das operações continuadas	(1)	(138.832.308)	24.573.506	(109.420.576)	55.673.553
Resultado das operações descontinuadas, líquido de interesses não controladores	(2)	484.071.230	259.428.039	469.382.215	201.581.340
<b>Resultado líquido atribuível a acionistas da Portugal Telecom</b>	<b>(3)</b>	<b>345.238.922</b>	<b>284.001.545</b>	<b>359.961.639</b>	<b>257.254.893</b>
Juros das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	(4)	10.866.947	15.356.814	2.960.255	7.749.799
<b>Resultado líquido considerado para efeitos do cálculo do resultado líquido por ação diluído</b>	<b>(5)</b>	<b>356.105.869</b>	<b>299.358.359</b>	<b>362.921.894</b>	<b>265.004.692</b>
Número médio de ações ordinárias em circulação no período (i)	(6)	861.528.926	855.028.595	867.884.233	855.028.595
Efeito das obrigações convertíveis (ii)		58.131.964	84.175.084	32.375.032	84.175.084
	(7)	<b>919.660.891</b>	<b>939.203.679</b>	<b>900.259.265</b>	<b>939.203.679</b>
<b>Resultado por ação das operações continuadas</b>					
Básico	(1)/(6)	(0,16)	0,03	(0,13)	0,07
Diluído	[(1)+(4)]/(7)	(0,16)	0,03	(0,13)	0,07
<b>Resultado por ação das operações descontinuadas, líquido de interesses não controladores</b>					
Básico	(2)/(6)	0,56	0,30	0,54	0,24
Diluído	(2)/(7)	0,53	0,28	0,52	0,21
<b>Resultado líquido por ação atribuível a acionistas da Portugal Telecom</b>					
Básico	(3)/(6)	0,40	0,33	0,41	0,30
Diluído	(5)/(7)	0,39	0,32	0,40	0,28

- (i) O número médio de ações em circulação foi calculado considerando as 896.512.500 ações emitidas ajustadas por (1) 20.640.000 ações próprias, aplicável para todos os períodos apresentados, e (2) a participação da Portugal Telecom nas suas próprias ações adquiridas pela Telemar Norte Leste em 2011 e 2012, no âmbito da parceria estratégica celebrada entre a Portugal Telecom e a Oi, situação aplicável até 5 de maio de 2014, uma vez que a partir desta data o investimento na Oi se encontra classificado de acordo com a IFRS 5 e, conseqüentemente, mensurado a justo valor, motivo pelo qual a Empresa desreconheceu estas ações próprias detidas indiretamente através do investimento na Oi.
- (ii) Os efeitos dilutivos correspondem ao impacto dos empréstimos por obrigações convertíveis emitidos em agosto de 2007, situação aplicável até 5 de maio de 2014 data em que este financiamento foi transferido para a PT Portugal no âmbito do aumento de capital da Oi.

## 14. Dividendos

Na Assembleia Geral Anual da Portugal Telecom de 19 de abril de 2013, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de distribuição de um dividendo por ação de 32,5 cêntimos, o qual foi pago em 17 de maio de 2013, no montante total de 284.658.563 euros relativamente a 875.872.500 ações, o qual inclui 6.774.270 euros pagos à Telemar Norte Leste relativos à parcela das 89.651.205 ações da Portugal Telecom detidas por esta entidade, resultando num efeito líquido no capital próprio de 277.884.293 euros.

Na Assembleia Geral Anual da Portugal Telecom de 30 de abril de 2014, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de distribuição de um dividendo por ação de 10,0 cêntimos, o qual foi pago em 30 de maio de 2014, no montante total de 87.587.250 euros relativamente a 875.872.500 ações, o qual inclui 2.076.949 euros pagos à Telemar Norte Leste relativos à parcela das 89.651.205 ações da Portugal Telecom detidas por esta entidade, resultando num efeito líquido no capital próprio de 85.510.302 euros.

Os montantes pagos acima mencionados correspondem ao dividendo unitário pago considerando as 896.512.500 ações emitidas ajustadas por 20.640.000 ações próprias.

## 15. Investimentos de curto prazo

Em 31 de dezembro de 2013, a composição desta rubrica era como segue:

	euros
	<b>31 dez 2013</b>
Títulos de dívida (Nota 23) (i)	750.000.000
Debêntures (ii)	161.820.445
Outras aplicações financeiras de curto prazo	2.308.312
	<b>914.128.757</b>

- (i) Em 31 de dezembro de 2013, esta rubrica inclui títulos de dívida emitidos pela empresa Espírito Santo International nos seguintes montantes: (a) 500 milhões de euros subscritos pela PT Finance em 8 de novembro de 2013 e que foram liquidados na data de vencimento em 10 de fevereiro de 2014 pelo respetivo valor nominal acrescido de juros; (b) 200 milhões de euros subscritos pela PT Portugal em 29 de outubro de 2013 e que foram liquidados na data de vencimento em 29 de janeiro de 2014 pelo respetivo valor nominal acrescido de juros; e (c) 50 milhões de euros subscritos pela PT Finance em 20 de novembro de 2013 e que foram liquidados na data de vencimento em 20 de fevereiro de 2014 pelo respetivo valor nominal acrescido de juros. Estes reembolsos foram classificados como recebimentos provenientes de atividades de investimento das atividades descontinuadas.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2013, as *debêntures*, no montante de aproximadamente 162 milhões de euros, foram emitidas pelo Banco Santander do Brasil, S.A. e pela Dibens Leasing S.A. e foram subscritas por empresas subsidiárias da Portugal Telecom com sede no Brasil. Até 5 de maio de 2014, as debentures incluídas nesta rubrica foram reembolsadas e os montantes obtidos pelo reembolso destes investimentos, acrescidos do montante obtido no aumento de capital realizado pela Bratel BV na Bratel Brasil e na PTB2, foram utilizados por estas entidades para a subscrição de *debêntures* convertíveis emitidas por acionistas controladores da Oi, conforme explicado na Nota 1.

## 16. Ativos não correntes detidos para distribuição aos acionistas

Em 28 de março de 2011, conforme referido na Nota 1, a Portugal Telecom concluiu o processo de aquisição do investimento na Oi e os acordos com os acionistas controladores da Oi. Este investimento foi realizado através da aquisição de uma participação direta nesta empresa e indiretamente através da aquisição de participações no capital social dos acionistas controladores da Oi. O grupo Oi é líder na prestação de serviços de telecomunicações no mercado brasileiro, prestando estes serviços através da Oi e das suas subsidiárias.

Conforme mencionado na Nota 3, o investimento na Oi encontra-se reconhecido de acordo com o previsto na IFRS 5 desde 5 de maio de 2014. Conseqüentemente, em 30 de junho de 2014, este investimento está mensurado a justo valor com base no preço das ações da Oi nessa data, uma vez que este corresponde ao melhor referencial de justo valor, sendo o mesmo inferior ao seu anterior valor contábilístico.

Com base no preço das ações da Oi para efeitos do aumento de capital de 5 de maio de 2014 (2,17 reais brasileiros por ação ordinária e 2,00 reais brasileiros por ação preferencial) e no preço das ações da Oi em 30 de junho de 2014 (2,08 reais brasileiros por ação ordinária e 1,95 reais brasileiros por ação preferencial), o investimento na Oi foi valorizado em 2.244 milhões de euros (6.914 milhões de reais brasileiros) em 5 de maio de 2014 e em 2.231 milhões de euros (6.695 milhões de reais brasileiros) em 30 de junho de 2014.

A redução no investimento na Oi entre 5 de maio e 30 de junho de 2014, no montante de 13 milhões de euros, reflete:

- Uma perda de 71 milhões de euros registada na Demonstração Consolidada dos Resultados na rubrica “Perdas líquidas em ativos financeiros e outros investimentos”, correspondente à variação no justo valor do investimento na Oi devido à redução no preço das suas ações, no montante total de 219 milhões de reais brasileiros;
- Um ganho de 58 milhões de euros registado diretamente na Demonstração do Rendimento Integral, o qual reflete o impacto da valorização do real brasileiro face ao euro entre 5 de maio e 30 de junho de 2014.

## 17. Investimentos em empreendimentos conjuntos

Em 31 de dezembro de 2013, esta rubrica corresponde aos investimentos na Oi, Contax e acionistas controladores que antes de 5 de maio de 2014, conforme mencionado anteriormente, eram reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, com base na participação efetiva de 23,2% na Oi detida antes do aumento de capital da Oi.

Em 31 de dezembro de 2013, o detalhe dos investimentos da Portugal Telecom em empreendimentos conjuntos era como segue:

	<b>euros</b>
	<b>31 dez 2013</b>
<b>Oi</b>	<b>2.013.310.333</b>
Investimento financeiro (i)	1.254.256.430
Goodwill	759.053.903
<b>Contax</b>	<b>54.251.514</b>
Investimento financeiro	18.246.588
Goodwill	36.004.926
<b>Telemar Participações (ii)</b>	<b>77.907.584</b>
LF (iii)	120.551.271
AG (iii)	124.513.850
CTX	16.181.157
<b>Outras</b>	<b>1.531.151</b>
	<b>2.408.246.860</b>

(i) Em 31 de dezembro de 2013, este investimento financeiro reflete a participação direta de 15,4% nos ativos líquidos da Oi, no montante de 8.162 milhões de euros, cujo detalhe se encontra apresentado abaixo.



- (ii) Em 31 de dezembro de 2013, a Portugal Telecom detinha uma participação direta de 12,1% na Telemar Participações. O investimento na Telemar Participações reflete a composição dos seus ativos líquidos, incluindo (1) a participação direta de 18,8% detida na Oi, e (2) a sua dívida bruta no montante total de 942 milhões de euros.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2013, a Portugal Telecom detinha uma participação direta de 35% tanto na AG como na LF. O investimento nestas empresas reflete a participação de 35% nos seus ativos líquidos, cuja composição inclui (1) os seus investimentos detidos por estas entidades na Telemar Participações, através de uma participação direta de 19,4% cada uma, e na Oi por via de uma participação direta de 4,25% cada uma, e (2) a dívida bruta de ambas as empresas, nos montantes de 196 milhões de euros no caso da AG e 199 milhões de euros no caso da LF.

Os ativos líquidos da Oi apresentados abaixo encontram-se ajustados pelos efeitos da alocação do preço de compra realizada pela Portugal Telecom no âmbito da aquisição deste investimento bem como outros ajustamentos de alinhamento com as políticas contabilísticas do Grupo. O detalhe dos ativos líquidos da Oi em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

	<b>euros</b>
	<b>31-dez-13</b>
Caixa e equivalentes de caixa	762.768.814
Investimentos de curto prazo	163.210.160
Contas a receber correntes	3.050.513.483
Impostos a recuperar correntes	713.511.917
Depósitos judiciais correntes	404.055.634
Goodwill	22.692.638
Ativos tangíveis	8.011.567.784
Ativos intangíveis	8.284.614.390
Benefícios de reforma	18.479.119
Impostos diferidos	1.867.025.458
Depósitos judiciais não correntes	3.392.355.244
Outros	755.899.047
<b>Total do ativo</b>	<b>27.446.693.688</b>
Dívida de curto prazo	1.075.578.550
Contas a pagar correntes	847.752.589
Acréscimos de custos correntes	1.014.419.828
Impostos a pagar correntes	841.981.404
Provisões correntes	375.591.309
Dívida de médio e longo prazo	9.062.011.675
Impostos a pagar não correntes	849.402.537
Provisões não correntes	1.348.916.630
Benefícios de reforma	197.557.853
Impostos diferidos	1.984.575.960
Outros	1.687.211.722
<b>Total do passivo</b>	<b>19.285.000.057</b>
<b>Total dos ativos líquidos</b>	<b>8.161.693.631</b>

A participação nas perdas de empreendimentos conjuntos, reconhecidos de acordo com o método de equivalência patrimonial, ascenderam a 38 milhões de euros no período de quatro meses findo em 30 de abril de 2014 e 60 milhões de euros no semestre findo em 30 de junho de 2013. A redução nestas perdas reflete essencialmente (1) a mais-valia registada pela Oi no primeiro trimestre de 2014 relativa à alienação de torres móveis de telecomunicações, no montante de 1.247 milhões de reais brasileiros (equivalente a aproximadamente 60 milhões de euros referentes à participação da Portugal Telecom, líquida de efeito fiscal), e (2) menores juros suportados nos acionistas controladores da Oi, os quais em 2014 respeitam apenas a um período de quatro meses em comparação com seis meses em 2013. Estes efeitos foram parcialmente compensados por um aumento nos juros suportados, maiores despesas financeiras e menores receitas operacionais na Oi.

## 18. Ativos tangíveis e Intangíveis, incluindo Goodwill

	euros	
	30 jun 2014	31 dez 2013
Ativos tangíveis	190.404	3.438.479.384
Ativos intangíveis	-	717.703.676
Goodwill	-	380.616.265
	<b>190.404</b>	<b>4.536.799.325</b>

A redução de 4.537 milhões de euros no total dos ativos tangíveis e intangíveis, incluindo goodwill, reflete essencialmente:

- Investimentos em ativos tangíveis e intangíveis das operações descontinuadas entre 1 de janeiro e 5 de maio de 2014, no montante de 130 milhões de euros;
- Custos com amortizações e depreciações das operações descontinuadas entre 1 de janeiro e 5 de maio de 2014, no montante de 231 milhões de euros;
- O valor contabilístico do total dos ativos tangíveis e intangíveis (incluindo goodwill) das operações descontinuadas em 5 de maio de 2014, no montante de 4.433 milhões de euros, os quais foram transferidos para a Oi no seu aumento de capital (Nota 1).

## 19. Benefícios de reforma

Em 31 de dezembro de 2013, as responsabilidades projetadas com benefícios de reforma, as quais estão relacionadas com complementos de pensões e cuidados de saúde, ascendiam a 494 milhões de euros, sendo que o valor de mercado dos ativos dos planos ascendia a 386 milhões de euros. Adicionalmente, a Portugal Telecom tinha responsabilidades sob a forma de salários devidos a empregados suspensos e pré-reformados no montante de 852 milhões de euros, pelo que as responsabilidades líquidas com benefícios de reforma da Portugal Telecom ascendiam a 959 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.

Estas obrigações foram transferidas para a Oi no âmbito do seu aumento de capital e ascendiam a 871 milhões de euros em 5 de maio de 2014, uma redução de 88 milhões face a 31 de dezembro de 2013, refletindo pagamentos de salários a empregados suspensos e pré-reformados (50 milhões de euros), pagamentos de despesas com cuidados de saúde (7 milhões de euros) e ganhos atuariais líquidos registados no período (28 milhões de euros), efeitos parcialmente compensados por custos com benefícios de reforma no montante de 7 milhões de euros. Os ganhos atuariais líquidos refletem a diferença entre a rentabilidade real e estimada dos ativos dos fundos.

## 20. Dívida

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a composição desta rubrica é como segue:

	30 jun 2014		31 dez 2013	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos por obrigações convertíveis	-	-	743.011.847	-
Empréstimos por obrigações não convertíveis	-	-	-	4.731.260.092
Empréstimos bancários				
Empréstimos externos	-	-	103.868.391	949.281.957
Empréstimos internos	-	-	5.111.006	175.039.738
Passivo relativo a equity swaps sobre ações próprias	-	-	73.210.079	-
Papel comercial	-	-	542.000.000	-
Locação financeira	75.836	70.382	24.729.526	23.579.646
Outros financiamentos	-	-	45.611	-
	<b>75.836</b>	<b>70.382</b>	<b>1.491.976.460</b>	<b>5.879.161.433</b>

A redução nesta rubrica reflete os seguintes aspetos:

- Um aumento no montante em dívida no âmbito dos programas de papel comercial entre 1 de janeiro e 5 de maio de 2014;
- A dívida bruta de 8.051 milhões de euros que foi contribuída para a Oi em 5 de maio de 2014 como parte dos Ativos PT no âmbito do aumento de capital da Oi subscrito pela Portugal Telecom;
- O reembolso do passivo referente a contratos de *equity swap* sobre ações próprias no seguimento do exercício físico destes contratos em 7 de maio de 2014, com recurso a equivalentes de caixa que permaneceram na Portugal Telecom depois do aumento de capital da Oi para esse efeito. No seguimento deste reembolso, a Portugal Telecom detém diretamente 20.640.000 ações próprias em carteira, tendo por este motivo registado uma reserva não distribuível pelo montante equivalente ao custo de aquisição dessas ações, no valor de 178.071.827 euros.

## 21. Provisões

Em 30 de junho de 2014, esta rubrica corresponde essencialmente a provisões para contingências fiscais. A redução face a 31 de dezembro de 2013 reflete as provisões das operações descontinuadas em 5 de maio de 2014 (54 milhões de euros) que foram transferidas para a Oi no âmbito do seu aumento de capital.

## 22. Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa

### (a) Aplicações financeiras de curto prazo

Estas rubricas incluem essencialmente recebimentos de aplicações de tesouraria de curto prazo vencidas líquidas, de novas aplicações de tesouraria de curto prazo. Os recebimentos líquidos ascenderam a 187.994.255 euros no semestre findo em 30 de junho de 2014, face a 45.913.156 euros no mesmo período do ano passado. No primeiro semestre de 2014, os recebimentos líquidos respeitam essencialmente à liquidação de aplicações de tesouraria na Bratel Brasil até 5 de maio de 2014, data em que esta entidade utilizou os montantes obtidos no vencimento dessas aplicações, juntamente com o montante obtido num aumento de capital realizado pela Bratel BV, para subscrever uma parcela das obrigações convertíveis emitidas por determinadas entidades que direta ou indiretamente controlam a AG e a LF, como mencionado na Nota 1 e Nota 22 (c).

### (b) Dividendos recebidos

Esta rubrica corresponde aos dividendos recebidos da Oi no semestre findo em 30 de junho de 2013.

### (c) Pagamentos respeitantes a investimentos financeiros

Esta rubrica corresponde ao montante total de 4.788 milhões de reais brasileiros (1.555 milhões de euros) utilizado pela Bratel Brasil e pela PTB2 para subscrever obrigações convertíveis emitidas por determinadas entidades que direta ou indiretamente controlam a AG e a LF, montante que no final foi utilizado para reembolsar a dívida da AG e da LF e subscrever obrigações convertíveis emitidas pela Telemar Participações, a qual por sua vez também utilizou os recursos obtidos para reembolsar a sua dívida, conforme explicado em maior detalhe na Nota 1.

### (d) Variação de caixa e equivalentes de caixa das operações descontinuadas

Nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013, a composição desta rubrica é como segue:

	euros	
	1S14	1S13
Atividades operacionais	145.752.202	444.404.606
Atividades de investimento	(241.193.564)	(191.617.334)
Atividades de financiamento	467.018.223	(227.601.348)
	<b>371.576.861</b>	<b>25.185.924</b>

Os fluxos de caixa das operações descontinuadas no semestre findo em 30 de junho de 2014 correspondem essencialmente aos fluxos de caixa até 5 de maio de 2014 dos negócios descontinuados e contribuídos no aumento de capital da Oi, em comparação com os fluxos de caixa do período de seis meses em 2013, o que explica os menores fluxos de caixa das atividades operacionais.

O aumento nos fluxos de caixa das atividades de investimento reflete o montante obtido em junho de 2013 pela alienação do investimento na CTM (336 milhões de euros), conforme referido na Nota 12, efeito que foi parcialmente compensado por menores pagamentos respeitantes a investimentos em ativos tangíveis e intangíveis, os quais beneficiam dos investimentos significativos efetuados em anos anteriores nas redes FTTH e 4G-LTE.

A variação nos fluxos de caixa das atividades de financiamento reflete essencialmente os recebimentos pelo aumento dos montantes em dívida no âmbito dos programas de papel comercial, como mencionado na Nota 20, enquanto no mesmo período do ano anterior, o total da dívida bruta se manteve relativamente estável.

#### (e) Caixa e equivalentes de caixa no final do período

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a composição desta rubrica é como segue:

	euros	
	30 jun 2014	31 dez 2013
Caixa	2.000	10.526.405
Depósitos à ordem	353.452	94.713.210
Depósitos a prazo (i)	106.055.000	1.455.485.775
Outros depósitos bancários	3.284.415	98.225.124
	<b>109.694.867</b>	<b>1.658.950.514</b>

- (i) Em 30 de junho de 2014, esta rubrica corresponde a depósitos a prazo no Banco Espírito Santo registados na Portugal Telecom (Nota 23.b). Em julho de 2014, a Portugal Telecom utilizou os montantes provenientes do reembolso destes depósitos para constituir novos depósitos em diferentes instituições financeiras.

## 23. Partes relacionadas e Acionistas

### a) Empresas associadas e conjuntamente controladas

A Portugal Telecom manteve influência sobre as entidades abaixo definidas até ao aumento de capital da Oi de 5 de maio de 2014, quando contribuiu a sua participação de 100% no capital social da PT Portugal, incluindo os investimentos indiretos nestas empresas associadas. Consequentemente, como a Portugal Telecom já não tem uma participação direta nessas empresas associadas em 30 de junho de 2014, as tabelas abaixo apresentam os saldos em 31 de dezembro de 2013 entre o Grupo Portugal Telecom e as suas empresas associadas e empreendimentos conjuntos, e as transações entre o Grupo Portugal Telecom e essas mesmas entidades ocorridas durante o período de quatro meses findo em 30 de abril de 2014, antes do aumento de capital da Oi, e o semestre findo em 30 de junho 2013:

Empresa	euros					
	Contas a receber		Contas a pagar		Empréstimos concedidos	
	30 jun 2014	31 dez 2013	30 jun 2014	31 dez 2013	30 jun 2014	31 dez 2013
<b>Entidades conjuntamente controladas</b>	-	4.685.059	-	24.796	-	-
<b>Empresas internacionais:</b>						
Unitel	-	238.241.859	-	2.638.599	-	-
Multitel	-	6.265.431	-	229.884	-	915.058
Outras	-	646.420	-	-	-	-
<b>Empresas nacionais:</b>						
Páginas Amarelas (ii)	-	173.050	-	1.325.856	-	-
PT-ACS	-	3.372.065	-	3.103.827	-	-
Fundação PT	-	341.983	-	-	-	-
Sportinveste Multimédia	-	56.864	-	226.993	-	32.282.861
Siresp	-	28.024	-	5.860	-	1.260.909
Outras	-	410.491	-	1.129.313	-	2.392.443
	-	<b>254.221.246</b>	-	<b>8.685.128</b>	-	<b>36.851.271</b>

Empresa	euros					
	Custos		Receitas		Juros cobrados	
	4M14	1S13	4M14	1S13	4M14	1S13
<b>Entidades conjuntamente controladas</b>	1.035.361	158.729	4.178.146	5.444.912	-	-
<b>Empresas internacionais:</b>						
Unitel	2.579.292	2.602.248	4.542.112	6.389.728	-	-
Multitel	62.348	153.575	476.471	888.360	-	-
CTM (i)	-	75.185	-	52.251	-	-
Outras	-	13.892	-	18	-	-
<b>Empresas nacionais:</b>						
Páginas Amarelas (i)	-	11.235.012	-	1.664.209	-	-
PT-ACS	3.910.991	3.907.113	-	1.418.521	-	-
Sportinveste Multimédia	143.441	496.060	58.727	94.730	10.798	16.584
Siresp	-	-	6.490.862	7.502.331	16.738	30.126
Outras	229.762	370.864	1.297.778	2.069.560	40.058	64.155
	<b>7.961.195</b>	<b>19.012.678</b>	<b>17.044.096</b>	<b>25.524.620</b>	<b>67.594</b>	<b>110.865</b>

(i) Os investimentos nas Páginas Amarelas e na CTM foram alienados em janeiro de 2014 e junho de 2013, respetivamente.

## b) Acionistas

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Empresa não identificou entidades que de acordo com o previsto na IAS 24 sejam classificadas como partes relacionadas, com exceção daquelas já mencionadas na Nota 23.a). Não obstante, a Empresa entende ser relevante a divulgação dos saldos em dívida e transações realizadas com os seus principais acionistas, nomeadamente aqueles com uma participação qualificada acima de 2% no capital social da Portugal Telecom, e com todas as entidades reportadas por esses acionistas como suas partes relacionadas. As tabelas abaixo apresentam os saldos em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 e as transações ocorridas durante os semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013 entre o Grupo Portugal Telecom e essas entidades identificadas como partes relacionadas:

Acionista	euros					
	30 jun 2014			31 dez 2013		
	Equivalentes de caixa (i)	Contas a receber	Contas a pagar	Equivalentes de caixa (i)	Investimentos de curto prazo (ii)	Empréstimos e financiamentos (iii)
GES	106.180.068	1.428.622	-	1.402.888.437	750.000.000	14.517.265
Visabeira	-	34.768.339	20.322.411	-	-	-
Controlinveste	-	463.937	8.545.056	-	-	-
Ongoing	-	268.962	389.724	-	-	-
	<b>106.180.068</b>	<b>36.929.860</b>	<b>29.257.191</b>	<b>1.402.888.437</b>	<b>750.000.000</b>	<b>14.517.265</b>

(i) Os equivalentes de caixa em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 incluem essencialmente depósitos a prazo no Banco Espírito Santo e no Banco Espírito Santo Investimento (Nota 22.e).

(ii) Os investimentos de curto prazo em 31 de dezembro de 2013 correspondem a títulos de dívida emitidos pela Espírito Santo International (Nota 15).

(iii) Adicionalmente, a Portugal Telecom emitiu papel comercial no montante de 200 milhões de euros em que o Banco Espírito Santo atuou apenas como agente e colocador do papel comercial, não sendo a Portugal Telecom informada sobre os investidores junto dos quais essas emissões foram colocadas.

	euros					
	1S14 (i)			1S13		
Acionista	Receitas e ganhos	Custos e perdas	Juros obtidos líquidos	Receitas e ganhos	Custos e perdas	Juros obtidos líquidos
GES	4.667.477	4.658.740	13.772.609	7.797.087	7.494.074	23.211.769
Caixa Geral de Depósitos (ii)	-	-	-	9.686.252	1.990.537	(1.271.778)
Visabeira	2.245.730	22.608.561	-	4.653.735	35.910.553	-
Controlinveste	712.744	19.898.270	-	1.273.940	25.192.553	-
Ongoing	143.861	1.228.160	-	255.897	1.714.692	-
UBS	-	-	(15.000)	20	-	(22.500)
	<b>7.769.812</b>	<b>48.393.731</b>	<b>13.757.609</b>	<b>23.666.931</b>	<b>72.302.409</b>	<b>21.917.491</b>

(i) Conforme referido acima, esta rubrica reflete essencialmente as transações ocorridas até 5 de maio de 2014, uma vez que a partir dessa data a Portugal Telecom deixou de controlar as entidades contribuídas no aumento de capital da Oi e que representavam a maior parte das transações com acionistas.

(ii) A Caixa Geral de Depósitos deixou de ter uma participação qualificada na Portugal Telecom acima de 2% a partir de 25 de outubro de 2013.

### c) Outros

Os seguintes montantes foram pagos a membros do Conselho de Administração e dirigentes:

- No semestre findo em 30 de junho de 2014, as remunerações fixas dos administradores, as quais foram estabelecidas pela Comissão de Vencimentos, ascenderam a 2,56 milhões de euros.
- No semestre findo em 30 de junho de 2014, as remunerações variáveis referentes ao ano 2013 e outras compensações pagas a administradores executivos totalizaram 4,69 milhões de euros.
- No semestre findo em 30 de junho de 2014, e após a Comissão de Vencimentos ter verificado que os critérios estabelecidos na política de remunerações foram integralmente cumpridos, um montante de 4,89 milhões de euros foi pago aos administradores executivos em relação à parcela de 50% das remunerações variáveis de 2010 que não tinha sido paga no ano seguinte, mas diferida por um período de três anos.
- Durante o semestre findo em 30 de junho de 2014, os dirigentes da Portugal Telecom receberam remunerações fixas e variáveis nos montantes de 1,0 milhões de euros e 0,3 milhões de euros, respetivamente.

## 24. Eventos subsequentes

Em 16 de julho de 2014, no seguimento do não reembolso pela Rioforte de papel comercial no montante de 847 milhões de euros (os restantes 50 milhões de euros também não foram reembolsados em 17 de julho de 2014) subscrito pela PT Portugal e pelas suas subsidiárias nas respetivas datas de maturidade, a Portugal Telecom e a Oi anunciaram que se mantêm comprometidas em concluir a combinação dos seus negócios, tendo assinado um novo Memorando de Entendimentos. Em 28 de julho de 2014, a Portugal Telecom e a Oi chegaram a um acordo sobre os termos definitivos dos principais contratos a celebrar na sequência do Memorando de Entendimentos. A celebração dos contratos definitivos está sujeita a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas da Portugal Telecom (agendada para 8 de setembro de 2014), pelo Conselho de Administração da Oi e pela Comissão de Valores Mobiliários no Brasil. A documentação estabelece que:

- A Portugal Telecom irá permutar ("Permuta") com a Oi as aplicações de tesouraria na Rio Forte Investments em contrapartida de 474.348.720 ações ordinárias mais 948.697.440 ações preferências da Oi ("Ações da Oi Objeto da Opção"), representativas de 16,9% do seu capital social;
- À Portugal Telecom será atribuída uma opção de compra não transferível de tipo Americano ("Opção de Compra") para readquirir as Ações da Oi Objeto da Opção (com o preço de exercício de R\$2,0104 para ações ON e R\$1,8529 para ações PN), a qual será ajustada pela taxa brasileira CDI acrescida de 1,5% por ano;

- A Opção de Compra sobre as Ações da Oi Objeto da Opção entrará em vigor à data da Permuta, terá uma maturidade de 6 anos, expirando a possibilidade de exercício da opção pela Portugal Telecom correspondente a 10% das Ações da Oi Objeto da Opção no fim do primeiro ano e a 18% no fim de cada ano seguinte;
- Qualquer montante recebido como resultado da monetização da Opção de Compra através da emissão de instrumentos derivados tem de ser utilizado para o exercício da Opção de Compra;
- A Portugal Telecom só pode adquirir ações da Oi ou da CorpCo através do exercício da Opção de Compra;
- A Opção de Compra será cancelada se (i) os estatutos da Portugal Telecom forem voluntariamente alterados para remover a limitação de voto de 10%, (ii) a Portugal Telecom atuar como concorrente da Oi, ou (iii) a Portugal Telecom violar certas obrigações decorrentes da documentação definitiva; e
- Os contratos serão celebrados assim que todas as aprovações societárias sejam obtidas e a Permuta está sujeita à aprovação da Comissão de Valores Mobiliários no Brasil e deve ser executada até março de 2015.

Os termos dos acordos a serem apresentados pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral de Acionistas também irão incluir uma estrutura acordada alternativa à incorporação da Portugal Telecom na CorpCo previamente anunciada, de modo a atingir os seguintes objetivos:

- Permitir que a incorporação da Oi na CorpCo e a migração para o Novo Mercado sejam implementadas o mais rapidamente possível, com a cotação da CorpCo na BM&F Bovespa, Euronext Lisboa e NYSE;
- Sujeito a aprovação dos acionistas em Assembleia Geral de Acionistas, convocada especificamente para o efeito, os acionistas da Portugal Telecom irão receber todas as ações da CorpCo detidas pela Portugal Telecom, após a execução da Permuta e antes de qualquer exercício da Opção de Compra, correspondendo a uma participação de 25,6% na CorpCo, ajustada pelas ações em próprias em carteira; e
- A Portugal Telecom continuará cotada com a participação na dívida da Rioforte e a Opção de Compra como os seus únicos ativos relevantes.

Desde 30 de junho de 2014, o preço das ações da Oi sofreu uma desvalorização significativa. Em 27 de agosto de 2014, o preço das ações da Oi era de 1,49 reais por ação ordinária e 1,43 reais por ação preferencial, respetivamente, e consequentemente o justo valor do investimento naquela data ascendia a 1.637 milhões de euros.

# Relatório de auditoria



## RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA

### Introdução

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira consolidada do semestre findo em 30 de Junho de 2014 da Portugal Telecom, SGPS, S.A. (“Empresa”) incluída no Relatório de Gestão, na demonstração consolidada da posição financeira (que evidencia um activo total de 2.349.368.793 Euros e um capital próprio de 2.291.193.942 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa de 345.238.922 Euros), nas demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do semestre findo naquela data e no correspondente anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, posteriormente ajustadas no âmbito do processo de consolidação, para estarem de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia.

### Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, os resultados e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34) e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade e a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira, os seus resultados ou o seu rendimento integral.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira consolidada contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira consolidada, baseado no nosso trabalho.

### Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 8 abaixo, o nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em (a) indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira consolidada; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira consolidada; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; e (b) testes substantivos às transacções não usuais e de grande significado.



6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente Relatório de Revisão Limitada sobre a informação semestral consolidada.

**Reserva**

8. Conforme referido na Nota 1 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, em 5 de Maio de 2014 a Empresa participou no aumento de capital da Oi, S.A. (“Oi” - uma empresa de direito brasileiro), mediante a contribuição em espécie dos activos líquidos da PT Portugal, SGPS, S.A. (“PT Portugal”) que foi avaliada para o efeito por uma entidade independente em 1.854 milhões de Euros, tendo a Empresa reconhecido um ganho líquido de 493 milhões de Euros e passado a deter acções da Oi representativas de 39,7% do seu capital, cujo justo valor nessa data era de 2.244 milhões de Euros. Em 30 de Junho de 2014, esta participação financeira encontra-se reflectida na demonstração da posição financeira consolidada anexa pelo seu valor de cotação em bolsa nessa data de 2.231 milhões de Euros, o qual, conforme referido na Nota 24, sofreu uma desvalorização no montante de 594 milhões de Euros até 27 de Agosto de 2014. Posteriormente a 30 de Junho de 2014, foram conhecidas publicamente as dificuldades financeiras do Banco Espírito Santo (“BES”), accionista que detém 10,06% do capital da Empresa e que, em 3 de Agosto de 2014, por determinação do Banco de Portugal, entrou num processo de reestruturação e recapitalização, e de algumas empresas do Grupo Espírito Santo (“GES”), entre as quais a Rio Forte Investments, S.A. (“Rio Forte”) com sede no Luxemburgo, que em 29 de Julho de 2014 viu o seu pedido de gestão controlada aprovado por tribunal daquele país, solicitado em virtude do reconhecimento da sua incapacidade para cumprir com os seus compromissos financeiros. Os activos líquidos contribuídos no aumento de capital supra referido, incluíam acções representativas de 2,1% do capital social do BES avaliadas nessa data por 112 milhões de Euros e títulos de dívida emitidos pela Rio Forte, adquiridos em Abril de 2014 pela PT Portugal e suas empresas participadas por 897 milhões de Euros e que não foram reembolsados nas datas do seu vencimento em 15 e 17 de Julho de 2014. Na sequência do incumprimento da Rio Forte, os Conselhos de Administração da Empresa e da Oi anunciaram, em 28 de Julho de 2014, um acordo que prevê a devolução pela Oi à Empresa destes títulos de dívida e a entrega pela Empresa à Oi de acções representativas de 16,9% do capital da Oi, sendo atribuída à Empresa uma opção de recompra dessas mesmas acções em condições pré-definidas (Nota 24). Contudo, conforme divulgado aos mercados, este acordo carece de ser aprovado pelos accionistas da Empresa, pelos reguladores dos mercados de capitais e por órgãos societários específicos das sociedades envolvidas. O anteriormente descrito evidencia incertezas que consideramos relevantes sobre factos patrimoniais existentes em 30 de Junho de 2014, cujo desfecho e conseqüente impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Empresa em 30 de Junho de 2014 não nos é possível prever na presente data.



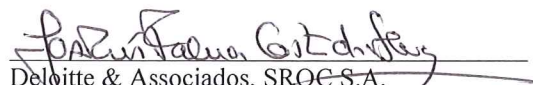
## Parecer

9. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 8 acima, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do semestre findo em 30 de Junho de 2014, referida no parágrafo 1 acima, da Portugal Telecom, SGPS, S.A., não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34), e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

## Ênfase

10. Conforme referido na Nota 3, as demonstrações financeiras do período comparativo findo em 30 de Junho de 2013 foram reexpressas em resultado da: (i) adopção antecipada da IFRS 11 - Empreendimentos conjuntos e (ii) apresentação das receitas, custos e fluxos de caixa dos negócios contribuídos no aumento de capital da Oi na rubrica de operações descontinuadas, nos termos da IFRS 5 – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas.

Lisboa, 29 de Agosto de 2014

  
Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por João Luís Falua Costa da Silva

# Informação adicional aos acionistas

## Negociação das ações e ADRs

As ações da PT estão cotadas na Euronext (código: PTC.LS) e na Bolsa de Nova Iorque, sob a forma de ADR - American Depositary Receipts (código: PT). Um ADR é equivalente a uma ação ordinária. Em 30 de junho de 2014 o capital social da Empresa encontrava-se representado por 896.512.500 ações com o valor nominal de 3 cêntimos cada, estando cotadas em bolsa 896.512.000 ações. Na mesma data o número de ADRs registados ascendia a 36.030.002 representando 4,0% do total do capital social da PT.

Em 30 de junho de 2014 a demonstração da posição financeira da PT refletia 20.640.000 ações próprias. O número total de ações em circulação da PT era 875.872.500.

Informação Bolsista	1514	1513
<b>Em 30 de junho</b>		
Capital social (euros)	26.895.375	26.895.375
Número de ações	896.512.500	896.512.500
Número de ações em circulação	875.872.500	855.028.595
Cotação (euros)	2,676	2,990
Capitalização bolsista (milhões de euros)	2.399	2.681
<b>Cotações / transações</b>		
Cotação máxima (euros)	3,600	4,430
Cotação mínima (euros)	2,636	2,820
Transações em volume (milhões de ações)	832	624
Transações em valor (milhões de euros)	2.535	2.347
<b>Desempenho</b>		
Portugal Telecom	(15,3%)	(20,2%)
PSI-20	3,7%	(1,7%)
DJ Stoxx Telecom Europe	0,8%	4,7%

# Informação adicional aos acionistas

## Contactos

### Relação com investidores

Nuno Vieira  
Diretor de Relação com Investidores  
Portugal Telecom  
Avenida Fontes Pereira de Melo, 40  
1069 - 300 Lisboa, Portugal  
Tel: +351 21 500 1701  
Fax: +351 21 500 0800  
E-mail: nuno.t.vieira@telecom.pt

Acionistas, investidores, analistas e demais interessados podem solicitar os seus pedidos de informações e esclarecimentos (relatórios e contas anuais e semestrais, form 20-F, press releases, etc).

### Banco depositário

Deutsche Bank Trust Company Americas  
ADR Division  
Floor 27  
60 Wall Street  
New York 10005-2836  
Fax: +1(732) 544-6346

Os detentores de ADRs podem também solicitar diretamente informações e esclarecimentos ao banco depositário dos ADRs da PT em Nova Iorque.

### Página da Internet

Todas as publicações e comunicações, bem como informações sobre os produtos, serviços e negócios da Empresa, estão disponíveis na página da Internet da PT no seguinte endereço: [www.telecom.pt](http://www.telecom.pt)

### Sede social

Portugal Telecom, SGPS, S.A.  
Avenida Fontes Pereira de Melo, 40  
1069-300 Lisboa, Portugal  
Tel: +351 21 500 2000